

Março 2007

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Agência norte-americana e chevron apoiam agricultura angolana com 4,16 milhões de euros	1
1.2 LUPP apresenta documentario sobre a pobreza.....	1
1.3 Arrancou a recuperação agrícola no Huambo.....	2
1.4 A mulher Angolana e a pobreza	2
1.5 Governo Angolano cancela consultas com o FMI.....	3
1.6 Igualdades economicas precisa-se	4
1.7 FAS aplica mais de um milhão de dólares em projectos sociais.....	4
1.8 BPC baixa juros para 14 por cento.....	5
1.9 Angola volta costas ao FMI e vira-se para o Oriente.....	5
2 Mercado Informal e Microfinanças	7
2.1 As «deixas» do GPL e a permissividade da desordem na cidade.....	7
2.2 Mercado dos Kuanzas pode ser fechado.....	7
2.3 Víctor Fernandes no reino de Capapinha	8
2.4 Policia acusada de espancar "zungueira" até a morte.....	9
2.5 Lei vai regular o mercado	10
2.6 Cresce actividade comercial no municipio de Katchiungo.....	10
2.7 ONG DW reúne clientes no programa "Kixi-credito"	11
2.8 Falta de credito dificulta avanço empresarial.....	11
2.9 Mercados de Luanda estarão prontos em Julho.....	11
2.10 Camponeses associados beneficiam de micro crédito do BPC	12
3 Governação e Descentra-lização	13
3.1 Desempenho de função publica não é brilhante.....	13
3.2 Como estão as mulheres a nível governamental?.....	13
3.3 Recomendação da SADC ainda não foi atingida	14
3.4 Ministro do Território reúne-se com autoridades tradicionais	15
3.5 Parlamentares constataam grau de execução do OGE.....	15
3.6 Inspectores provinciais trocam experiências	15
3.7 Lançado programa piloto de agentes comunitários.....	16
3.8 Cabinda e o memorando de entendimento.....	16
3.9 Conselho de ministro aprova registos gratuitos de nascimento e de obitos.....	17
4 Eleições e Educação Cívica	18
4.1 Um olhar sobre as proximas eleições gerais em angola(I).....	18
4.2 Político apela para o não adiamento do próximo pleito eleitoral.....	18
4.3 Bispos católicos apelam a transparência.....	19
4.4 Continua em causa a credibilidade da CNE	19
4.5 Testemunhas dificultam registo eleitoral.....	20
4.6 Recolha de cartão de eleitores em malange atinge escolas e hospitais.....	20
4.7 Governo de Malange suspende brigadista	21
4.8 Seminario recomenda extensão da educação civica as comunidades.....	21
4.9 Mulheres do Uije aplaudem dia especial para o seu registo	21
4.10 Sensibilização eleitoral em alta	22
4.11 Ignorância apontada como causa principal das violações dos direitos humanos	22
4.12 Registo eleitoral abrange toda província	22
5 Educação, Juventude e Criança	23
5.1 Livros para a sexta classe vão ser distriuidos na escola.....	23
5.2 Lepi tem mais de mil alunos fora do sistema de ensino	23

5.3 A socialização das crianças e a media	23
5.4 A criança e a violência	24
5.5 Novas escolas permitem ingresso de cinco mil alunos no Kuanza Norte.....	25
5.6 Faculdade de direito da UAN inicia pos-graduação em em petróleo e gás	25
5.7 Membros da ONG visitam crianças do Lar Kuzola	26
5.8 Governo aprova registo gratuito da primeira infância	26
5.9 Lei de criação de universidades está ultrapassada	27
5.10 Angola apresenta projecto "radio criança para criança"	27
6 Terra, Habitação e Urbanização	29
6.1 Casa Militar "engaiola" moradores	29
6.2 Registo de casas feito por "cunha"	29
6.3 Responsavel do sector apela ao registo de imoveis no Huambo.....	30
6.4 Politica de terras: expropriação e redistribuição.....	30
6.5 FAO lança programa de apoio sobre posse e gestao de terra	31
7 Serviços Básicos	32
7.1 Uma nova aquisição do mercado de saneamento básico.....	32
7.2 colera mata milhares de angolanos	32
7.3 Registo de casas feito por "cunha"	33
7.4 Lixo de Benguela e do Lobito constitui fonte de receita de Dumilde.....	34
7.5 Tarifario de serviços da sanágua inserto no contrato com as administrações.....	34
7.6 Huila: água potável também faz parte do desenvolvimento	35
7.7 Soco de capapinha atinge «estomago» de operadores privados.....	35
7.8 EPAL	36
7.9 Empresas de recolha de lixo contribuem para esburacar Luanda.....	37
7.10 Renovação de sistemas de água beneficia cerca de um milhão e 650 mil pessoas.....	37
7.11 A marcha do projecto de águas	38
7.12 The Beers investe 170 mil dólares em projectos sanitários no Lucapa	38
8 Paz e Reconciliação	39
8.1 FAA acusadas de violar direitos humanos	39
8.2 Violação do contracto político.....	39
8.3 Tentativa de se mascarar em estúpido disparate	40
8.4 Missa pela paz em Cabinda será um «carnaval».....	40
8.5 Camabatela ou a «ressurreição» de Zenza do Itombe?.....	41
8.6 Oposição quer medida duras do Governo.....	41
8.7 Cinco anos depois, ainda há " Kwachas" por desmobilizar.....	42
8.8 Benguela acelera reintegração de desmobilizados.....	43
8.9 O drama dos refugiados Angolanos.....	44
8.10 Vista alegre, Igreja Metodista assume papel reconciliador	44

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Agência norte-americana e chevron apoiam agricultura angolana com 4,16 milhões de euros

Luanda Digital...02-03-07

A Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID), em parceria com a multinacional de petróleos Chevron, vai conceder 5,5 milhões de dólares (4,16 milhões de euros) ao Governo angolano para desenvolver a agricultura do país, adianta o «Jornal de Angola».

A verba, que será entregue parceladamente nos próximos cinco anos, consta no Memorando de Entendimento assinado com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural angolano para a implementação do Programa de Desenvolvimento Agrícola e Financeiro (PDAF).

O documento foi assinado ontem, quinta-feira, em Benguela, pela embaixadora dos Estados Unidos em Angola, Cynthia Efird, pelo director da Chevron no país, Alan Keier, e pelo director do Instituto de Desenvolvimento Agrário, Marcos Nhunga. De acordo com Cynthia Efird, o PDAF «vai ajudar a melhorar a vida das populações rurais através do aumento das oportunidades económicas», ao mesmo tempo que permite a «Angola gerar um crescimento diversificado nos sectores financeiro e agrícola». O PDAF, denominado «ProAgro Angola», visa aumentar o acesso ao financiamento do sector agrícola, facilitando as ligações entre o governo e o sector privado em toda a cadeia produtiva do sector, desde a sementeira à venda.

A embaixadora dos Estados Unidos considerou que este programa «criará grandes oportunidades e capacidades de negócio para todos os seus clientes ao aplicar uma abordagem orientada para o mercado na valorização da cadeia de distribuição». A implementação dos projectos ao abrigo deste programa calcula-se que irá gerar cerca de 3.000 empregos numa primeira fase, número que poderá duplicar até 2011. «Graças à formação e à assistência técnica providenciada por este programa, esperamos que a produção e a produtividade das colheitas seleccionadas aumente, ao mesmo tempo que melhore o acesso ao financiamento e aos mercados», acrescentou ainda a diplomata. As províncias escolhidas para a implementação do programa são Benguela, Kwanza-Sul, Bengo, Luanda,

Huíla e Huambo, sendo os produtos de referência a banana, o café, a batata e os legumes. Para os Estados Unidos, este apoio visa ajudar Angola a «recuperar o seu antigo estatuto de uma das nações mais ricas em termos agrícolas de África», explicou Cynthia Efird. A parceria entre a Chevron e a USAID em Angola remonta a 2002 e já facilitou o arranque do NovoBanco, instituição financeira vocacionada para micros e pequenos empresários que atribuiu até agora empréstimos no valor de 20 milhões de dólares (15,6 milhões de euros).

1.2 LUPP apresenta documentario sobre a pobreza

Capital...03-03-07

O programa de Luta Contra a Pobreza Urbana (LUPP) deve apresentar às 15h00 do dia 12 de Março, segunda-feira, no salão Auditório da Universidade Católica de Angola um documentário denominado «Juntos na Luta Contra a Pobreza».

Um dos principais objectivos do evento, segundo uma nota de imprensa chegada à nossa redacção, é mostrar como comunidades pobres se envolvem na governação local e promovem, quando organizadas em parceria com as autoridades e provedores de serviços, mudanças positivas no que toca a construção de chafarizes, cabines eléctricas e construção de escolas ou outras infra-estruturas básicas.

Exibido no município do Kilamba Kiaxi entre os meses de Outubro e Novembro de 2006, o filme «Juntos na luta contra a pobreza» que tem a duração de 25 minutos, retrata três casos de engajamentos entre as comunidades, autoridades locais e provedores de serviços na resolução de problemas da comunidade.

O projecto visa ainda o partilhar de experiências acumuladas ao longo dos sete anos de trabalho com as comunidades. O DVD traz um vídeo clip da música «Juntos» assim como 80 minutos de entrevistas com governantes e actores-chaves da sociedade civil, que abordam temas sobre a importância da organização da comunidade, planeamento participativo, descentralização e importância dos espaços de engajamentos tais como o Fórum de Desenvolvimento do Kilamba Kiaxi.

Para o lançamento estão disponíveis cópias em português legendadas em inglês e francês. O DVD será distribuído gratuitamente nas 18 províncias do país pelo Ministério da Administração do Território (MAT) e ONG locais. O filme é uma parceria entre o LUPP e o MAT.

O LUPP é um consórcio de organizações não governamentais formado pela Development Workshop (DW), CARE Internacional, One Word Action e Save

the Children UK. Além do projecto de governação, tem trabalhado em Luanda desde 1999 nos domínios da água e saneamento, programas infantis comunitários, micro-finanças, pesquisa e micro crédito. O LUPP tem o apoio financeiro do Department For International Development (DFID).

1.3 Arrancou a recuperação agrícola no Huambo

Folha8..03-03-07

Governo da província do Huambo vai incrementar o programa de desenvolvimento económico da região com aplicação de diversos projectos destacando-se a agricultura, a recuperação de infra-estruturas industriais paralisadas durante o conflito armado, a ampliação da rede de transportes com a reabilitação de estradas e a prestação de serviços nos diversos sectores da vida das populações, assegurando, desta forma, o actual quadro de relativa estabilidade económica que se regista naquela parcela do território nacional.

A informação foi avançada, recentemente pelo governador provincial, António Paulo Cassoma que falava no acto do lançamento do projecto "Agro-Planalto", na comuna do AltoHama, província do Huambo num campo agrícola experimental. Para o governante, a província do Huambo pode superar o actual quadro, desenvolvendo actividades de incentivo às populações no sentido de se alcançar o crescimento sustentado, a partir de projectos com o apoio do governo.

"O projecto, ora lançado, visa dinamizar o crescimento económico da província e da região centro-sul do país e contribuir para o crescimento da economia nacional, cumprindo o programa geral do governo", garantiu Paulo Cassoma, para depois acrescentar que com a construção e reabilitação de infra-estruturas dentro do programa do governo central, serve de sustentáculo das acções do executivo local, perspectivando, no entanto, o renascimento da indústria transformadora na região. Por isso, reconheceu o governado com a concepção de mais créditos, para os camponeses associados, por parte dos bancos que operam na província, será possível recuperar a indústria e a agricultura localmente. "Os bancos sedeados na capital da província poderão contribuir bastante com financiamentos de diversos projectos da vida económica da província, sobretudo o sector da agricultura que tenta renascer", disse. Outro aspecto que mereceu atenção para a concretização deste desiderato, é a criação de mais cooperativas. "Os nossos camponeses têm que formar associações, para assegurar as suas actividades", afirmou. Assim, a expansão e exploração de forma racional e abrangente da energia é

outro elemento que poderá contribuir na implementação de pequenas e médias empresas nas zonas rurais de todos os municípios da província. O aumento da rede de transportes rodoviários e telecomunicações é outro dado que merecerá as atenções do executivo de Paulo Cassoma. Falando do "Agro-Planalto", Paulo Cassoma garantiu que o objectivo é a produção de espécies agrícolas, preferencialmente leguminosas nomeadamente, o feijão catarina, vermelho, branco e frade, grão-de-bico, tremoço, ervilhas e amendoim, sem deixar de se referir a outros cultivos. Por sua vez Luís Sampaio, coordenador executivo do projecto, garantiu que a primeira fase será apenas implementada nos municípios do Londuimbali, Alto Hama, Bailundo, Caála, Chipipa e na Tchikala-Tchologanga, regiões chaves para o cultivo das espécies agrícolas leguminosas, preparadas para o projecto. Porquanto, o projecto vai abranger as famílias camponesas e fazendeiros das localidades referenciadas e serão acompanhadas tecnicamente nas suas culturas, a prestação de serviços na colheita e na compra de toda a produção, para garantir o reembolso das sementes. Para garantir a fiabilidade deste programa, foram disponibilizadas cerca de 188 toneladas de variedades de sementes. Luís Sampaio afirmou que o processo obedece a rigorosas análises e correcção dos solos com a aplicação do calcário.

Os meses de Junho e Julho do corrente ano, o governo provincial poderá adquirir equipamentos de calibragem de feijão e verificação da qualidade e embalagem que possibilitarão que os produtores possam vender a sua produção no mercado nacional e externo.

1.4 A mulher Angolana e a pobreza

Angolense...10-03-07

1. Creio que é uma prova de lucidez transformar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs), aprovados em Setembro de 2000, na sede das Nações Unidas, nos objectivos centrais da nação Angolana até 2015. São oito os objectivos: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar o ensino primário universal; promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres; reduzir a mortalidade de crianças; melhorar a saúde materna; combater o VIH/SIDA, malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental; e promover uma parceria mundial para o desenvolvimento.

2. Qualquer que seja a perspectiva de análise dos ODMs, é fácil entender que o envolvimento das mulheres na sua concretização é vital. E em Angola com mais forte razão. Embora não existam números exactos, estima-se que entre 51 por cento a 53 por cen-

to da nossa população é constituída por mulheres. Além disso, a maior percentagem de pobres é formada por mulheres. E é também o género feminino o grupo social que menos acesso tem aos recursos, nomeadamente à terra. Por isso é que o combate à pobreza só será vitorioso se a mulher angolana se transformar no eixo central das políticas, dos programas e das acções de reconstrução e desenvolvimento.

3. As estratégias de combate à pobreza devem assentar na formulação e implementação de políticas fundiárias adequadas. Além disso, os planos estratégicos de combate à pobreza devem prestar atenção ao papel do acesso à terra e da distribuição da terra na eliminação da pobreza rural. Em Angola, os sectores da indústria e dos serviços não são, no curto prazo, oportunidades alternativas para a sobrevivência das famílias. A terra é o recurso crítico no combate à pobreza, visto ser ele o garante da reprodução das gerações futuras. Por isso é que o controlo desigual sobre a terra é um factor crucial na formulação das políticas de combate à pobreza e na garantia de um processo político de transição democrática seguro.

4. A distribuição enviesada da posse e propriedade da terra, bem como discriminações baseadas no género, na cor da pele, na religião, na etnia, na pertença familiar, na posição social, ou no estatuto político, limitam as oportunidades económicas dos grupos sociais mais vulneráveis e alimentam conflitos sociais, que muitas vezes redundam em violência física. Estes factos são ainda mais relevantes em países como o nosso, cuja população depende, maioritariamente, da agricultura como fonte de rendimentos e como base da sua sobrevivência.

5. Em Angola, a terra é crucial para o combate à pobreza. O presente das famílias rurais e o futuro das novas gerações assentam na terra. Hoje, desenha-se um quadro em que, infelizmente, uns poucos possuem recursos fundiários subutilizados, e outros muitos trabalham terras marginais sobreutilizadas. A terra é um activo-chave para as comunidades rurais, e, particularmente, para as mulheres das áreas rurais e das áreas urbanas. Há uma ligação muito estreita entre o acesso à terra e o acesso a outras fontes de rendimento e de capital. A terra constitui, sem dúvida, a base da actividade económica e do funcionamento do mercado (nomeadamente, o crédito) e das instituições não-mercantis (designadamente, as redes sociais).

6. Os padrões de distribuição da terra têm efeitos importantes e visíveis sobre o processo de combate à uma inicial "boa" distribuição de activos, quer o crescimento agrícola, quer o crescimento não-agrícola, beneficiam mais as famílias pobres, em termos percentuais. Em países com uma "má" distribuição de activos, o crescimento económico é enviesado para as famílias mais ricas, provocando o alargamento do fosso entre

ricos e pobres. Daí resulta a seguinte ideia: onde o acesso à terra está altamente concentrado e onde uma parte significativa da população rural não tem terra suficiente para ganhar a vida, são necessárias medidas especiais a fim de se combater a pobreza extrema e a fome. Em suma, o crescimento económico não é suficiente para reduzir a pobreza. Dito de outro modo, a promoção do crescimento económico é menos importante do que a garantia de meios de vida para os pobres. E os pobres, em Angola, são, maioritariamente, as mulheres.

7. A terra é um instrumento fundamental para os pobres mobilizarem as suas próprias forças, com vista à construção dos seus destinos. Qualquer esforço para mitigar a pobreza terá, por conseguinte, de estar centrado no reforço dos direitos e oportunidades trazidos pela terra e pela agricultura. Quando os pobres pretendem ultrapassar os obstáculos à sua auto-organização, a estratégia de conquista de direitos básicos é mais importante que a estratégia de satisfação de necessidades básicas. É isso que o Professor Amartya Sen, Prémio Nobel da Economia em 1998, nos tem ensinado. No nosso País, os conflitos começam a girar à volta dos direitos à terra, do acesso à água, dos habitats não destruídos e do confronto com os novos fazendeiros. Com a ajuda do bom-senso da mulher angolana, é possível reduzir essa conflitualidade, no processo de combate à pobreza.

1.5 Governo Angolano cancela consultas com o FMI

Luanda Digital..13-03-07

O Governo de Angola decidiu cancelar as consultas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) tendo informado o chefe de missão para Angola, Sangeev Gupta, dessa decisão a 13 de Fevereiro passado, noticiou ontem, segunda-feira, a Voz da América, citada pelo portal «Macauhub». Em carta obtida pela Voz da América, o ministro das Finanças de Angola, José Pedro de Morais, diz que o governo a que pertence concluiu que um programa com o FMI «não ajudará Angola a preservar a estabilidade económica e social alcançada até aqui». José Pedro de Morais observa também que embora exposto a circunstâncias muito difíceis, «o Governo de Angola conseguiu, com sucesso, implementar um programa interno de estabilização macroeconómica, que pretende continuar a executar, sem estar sujeito a condições restritivas».

O ministro das Finanças de Angola nota também que nos três últimos anos «a economia de Angola cresceu, em termos reais, 13% ao ano, ao mesmo tempo que a inflação baixou drasticamente».

José Pedro de Moraes menciona igualmente o facto de o aumento das reservas em divisas propiciar a Angola a faculdade de eliminar de forma acelerada o remanescente da dívida externa, não sendo por isso necessário recorrer ao crédito externo.

O ministro conclui dizendo que em face do exposto recomendava o cancelamento da visita que uma equipa do FMI deveria ter efectuado a Angola ainda em Fevereiro mas ressalva o compromisso de Angola em continuar a respeitar as suas obrigações para com o FMI, e manter uma cooperação «constructiva com o Fundo dentro dos mecanismos de acompanhamento e de fiscalização previstos no artigo IV». De acordo com a *Voz da América*, a resposta do Fundo Monetário Internacional surgiu dez dias depois, a 23 de Fevereiro, com o director do departamento África, Abdoulaye Bio-Tchané, a propor, entre outras sugestões, o adiamento da missão para Maio.

1.6 Igualdades economicas precisa-se

agora...17-03-07

O presidente da UNITA, Isaías Samakuva, apelou esta terça-feira, 13, aos militantes do seu Partido a olharem para o futuro "com fé e esperança".

Samakuva, que falava durante o acto que marcou o 41º aniversário da criação do movimento do Galo Negro disse que, 41 anos depois da elaboração do projecto de Muangai que deu corpo àquela organização partidária, é chegado o momento de apostar na liderança dos processos e acções que deverão aprofundar a qualidade da democracia no país. Esta posição foi justificada com o facto de, para a UNITA, ser fundamental que a democracia tenha sentido para o cidadão comum. "É necessário fazer com que o povo sinta que a democracia significa liberdade e igualdade económica", defendeu Samakuva.

Para o chefe da oposição, é necessário que os angolanos sintam que a igualdade económica promova a competição, que a competição equitativa sustente o desenvolvimento e que o crescimento do país esteja assente na evolução do cidadão. O secretário-geral daquela formação política, Mário Vatuva, que leu a declaração da direcção do Partido por ocasião da efeméride, chamou à atenção para o aprofundamento do espírito de tolerância e que seja abandonada definitivamente a discriminação e a injustiça.

A UNITA foi fundada em 1966, na localidade de Muangai, por Ionas Savimbi e mais 12 companheiros seus, entre eles J.Chiuale, N'Zau Puna, Kussia, com o objectivo de lutar contra o colonialismo e o neocolonialismo.

Alcançada a paz, os maninhos têm as baterias viradas

para a implementação da democracia no país e a igualdade de direito entre os angolanos.

1.7 FAS aplica mais de um milhão de dólares em projectos sociais

Jornal de Angola...21-03-07

O Fundo de Apoio Social, (FAS) investiu" no ano passado, mais de um milhão de dólares em 39 projectos sociais, executados em toda extensão da província de Cabinda.

O director do FAS em Cabinda, Silvestre Cabango, referiu que o montante é proveniente do Banco Mundial (BM), principal financiador das obras da ONG. De acordo com o responsável, dos 39 projectos, 22 foram planificados para a cidade de Cabinda, 7 para o município de Cacongo 4 para Buco-Zau e 6 para o município de Belize

Silvestre Cabango salientou que 34 estão por concluir, 24 já foram concluídos e 10 vão terminar no primeiro semestre deste ano. Neste conjunto, 5 foram transferidos para este ano, estão avaliados em 440 mil dólares, inscritos no Programa de Investimentos Públicos (PIP). Trata-se da construção do centro de aconselhamento juvenil, nas imediações do Estádio Municipal do Tafe, a construção da escola do I nível com 6 salas de aulas, no bairro 4 de Fevereiro, o Palácio de justiça e 30 latrinas, no município de Buco-Zau. Está previsto ainda a construção de uma escola, também do I nível, com 3 salas de aula no município de Belize. Quatro milhões e meio de dólares é o valor global que o Fundo de Apoio Social investiu em 109 projectos sociais, desde o ano de 2005 até à data, a nível da região

FAS está a implementar, em toda província de Cabinda, projectos como a construção de escolas, postos de saúde, residências para professores e enfermeiros, latrinas, chafarizes, cybers escolares, pontes e pontecos, instalação de redes de canalização de água, dentre outros.

O director da instituição em Cabinda, Silvestre Cabango, lamentou o facto de a organização não ter atingido as metas pre-conizadas, em virtude da fraca capacidade financeira das empresas a quem o FAS adjudica os projetos.

Segundo o director esta situação deriva do mau estado das estradas que dificultam a transportação dos materiais de construção às localidades onde os projectos são implementados. Mas isso não explica tudo.

O Fundo de Apoio Social, um dos principais parceiros do governo local está em Cabinda desde 1995 desenvolvendo actividades em todos os municípios

1.8 BPC baixa juros para 14 por cento

Jornal de Angola...22-03-07

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) baixou a taxa de juros activos de 18 para 14 por cento ano, uma medida enquadrada no plano de acção da instituição a ser implementada no biénio 2007/2008.

O presidente do Conselho de Administração do BPC, Paixão Júnior, que avançou os dados, no final de um encontro alargado realizado de segunda à terça-feira últimas, na sala de conferências do Lodge Palama, na Humpata, acredita que "a redução dos juros para 14 por cento, visa tornar as operações financeiras mais suaves aos clientes que recorrerem ao crédito".

Durante o biénio 2007/2008, no dizer de Paixão Júnior, o Banco de Poupança e Crédito "empenhar-se-á cada vez mais na melhoria da prestação de serviços, assim como estará mais voltado para os clientes e, por conseguinte captar nova clientela em todo país", assegurou o gestor.

"Vamos continuar a ser um banco comercial volta, do não so para as actividades de retalho, como também a trabalhar com as pequenas e médias empresas, e nas grandes operações", disse para garantir a atenção especial que será dada ao micro-crédito.

Desde finais de 2005 a 2006, altura em que a instituição bancária iniciou as operações de micro-crédito, o BPC aplicou mais de 25 milhões de dólares a entidades colectivas e singulares de vários pontos do país.

Enquadrado num programa específico do Governo central, cujo capital está avaliado em 5 milhões de dólares atribuídos em duas fases (do valor geral acima citado), a concessão de micro-créditos levou o banco a conceber três projectos, entre eles, crédito para o consumo para médicos e professores, crédito para comerciantes do meio rural e micro-créditos para distintas acções. O presidente do Conselho de Administração do BPC sublinhou a existência de muita aderência, relativamente aos créditos para o consumo e para os comerciantes do meio rural, do que "já se propôs às instituições competentes o acréscimo do bolo para 20 milhões".

Centenas de pessoas, no dizer de Paixão Júnior, estão a concretizar os seus projectos com os financiamentos cedidos pelo banco, sobretudo na componente de crédito para o consumo e para comerciantes.

1.9 Angola volta costas ao FMI e vira-se para o Oriente

Luandadigital...26-03-07

Angola consumou este mês o esperado «corte» com o Fundo Monetário Internacional (FMI), passando à história como o primeiro país africano a fazê-lo e dando uma mensagem clara de independência financeira enviada aos mercados mundiais. Há muito tempo que Angola mostrava desconforto em relação às condições impostas pelo FMI e Banco Mundial (BM), mas foi principalmente o crescimento exponencial das receitas do petróleo nos últimos anos, associado ao grande volume de crédito chinês, disponibilizado sem condições e a título quase concessional, que permitiu ao país alcançar a almejada estabilidade macroeconómica, tornando dispensáveis os serviços do Fundo Monetário Internacional. Na carta em que comunica o «corte» a Sangeev Gupta, chefe de missão do FMI para Angola, o ministro das Finanças José Pedro de Morais afirma taxativamente considerar que um programa monitorado pelo Fundo «não ajudará Angola a preservar a estabilidade económica e social alcançada até aqui». Nos últimos três anos, faz questão de frisar, «a economia de Angola cresceu, em termos reais, 13 por cento ao ano, ao mesmo tempo que a inflação baixou drasticamente».

Em Luanda, a generalidade dos economistas e analistas considera que Angola não precisa e não vai precisar no horizonte próximo dos serviços do FMI e BM, e alguns apontam que o risco do país percebido nos mercados financeiros internacionais está a baixar, fruto da situação financeira mais confortável. Um sinal deste abaixamento de risco é o rol de países que nos tempos mais recentes concederam créditos à exportação para Angola – Alemanha, Brasil, Rússia, Portugal, Israel – e as notícias que vão surgindo acerca de acordos semelhantes em preparação. Outro sinal, e também uma afirmação da conquista da independência financeira do país em relação ao estrangeiro, é um novo modelo de financiamento dos investimentos do Estado, que parece privilegiar, sempre que possível, o recurso às instituições de crédito angolanas, em detrimento das estrangeiras. Um dos principais negócios recentemente protagonizados por uma empresa pública – a compra dos seis novos aparelhos Boeing pela transportadora aérea TAAG – demonstra esta tendência e marcou um recorde para a banca do país, que em sindicato avançou com os 200 milhões de dólares necessários. Também na liquidação da sua antiga dívida com o Clube de Paris, Angola parece estar a marcar pontos no que concerne à afirmação da sua economia, e a fazer

prevalecer aquela que foi desde o início a estratégia – pagar sem sujeitar-se a acordos com o FMI ou o Banco Mundial, como chegou a ser proposto. Sem qualquer tipo de ajuda, Angola pagou recentemente 2,3 mil milhões de dólares ao «clube dos ricos», que junta países como Itália, Alemanha e França, entre outros.

De agora em diante, frisava esta semana José Pedro de Morais em entrevista à agência noticiosa das Nações Unidas, a relação com o FMI será puramente técnica. «Recebemos assistência técnica e aconselhamento técnico; não precisamos de receber o dinheiro», do Fundo, frisou o ministro angolano. Questionado sobre a transparência da gestão das receitas no país, Morais afirmou que Angola está melhor nesse domínio do que há alguns anos, justificando que se acabou com os gastos públicos fora do Orçamento e que a concessão dos seus blocos de produção petrolífera é feita actualmente de acordo com os padrões internacionais e está aberta ao escrutínio público.

«Não estamos contra aqueles que têm de calibrar as suas políticas com as da comunidade internacional porque é do seu interesse», mas «encontramos e podemos conceber e implementar as nossas próprias políticas e isto é do nosso interesse e do nosso povo. O que achamos injusto é que por causa destas escolhas somos chamados não-transparentes, corruptos, seja lá o que for», afirmou ainda o ministro angolano. Fruto do programa de estabilização financeira aplicado nos últimos anos, Angola apresenta actualmente uma balança de pagamentos superavitária (desde 2003), um volume de reservas internacionais líquidas confortável e uma taxa de inflação estabilizada. Dada a previsão de crescimento de receitas, fruto da reanimação da economia e, sobretudo, continuação da subida das receitas do petróleo, a generalidade dos economistas angolanos concorda que a economia do segundo maior produtor de crude da África subsaariana deverá navegar em águas tranquilas até 2010 ou 2011.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 As «deixas» do GPL e a permissividade da desordem na cidade

A capital...03-03-07

Na verdade, a distância para os mercados informais começa a se encurtar, justamente porque se assiste a uma "invasão" de quitandeiras aos mais diversos espaços da cidade que propiciam a implantação de uma pracinha.

Clientes não faltam, porque, «de que vale ir tão longe, enfrentar engarrafamentos, às vezes, sofrer assaltos, quando o que desejamos temo-lo já ao nosso alcance», ironizou a senhora Albertina, quando ao passar pela rua Eugénio de Castro, Vila Alice, à bordo de um Toyota Rav-4, não resistiu à tentação ao se deparar com uma série de bacias lá expostas, exibindo as mais diversas qualidades de fruta e outros acepipes.

O cenário é comum aproxima-se um carro. A mínima redução da velocidade, meia dúzia de mulheres ou mais, põe-se a correr em direcção ao mesmo, cada uma com a amostra do melhor que possui e, quando o veículo estaciona, a arruaça começa com as propostas ao Interessado. «Amiga compra está aqui banana, cacusso,etc».

Já lá se vão os bons tempos em que Luanda parecia caminhar para dias melhores, a julgar pelo volume dos sucessivos despachos do Governo Provincial no sentido do estabelecimento de alguma ordem e estética nas ruas da cidade. Entretanto, de um tempo para cá, as coisas parecem sem rumo, ou, simplesmente, atingiram a estagnação, à luz da Lei 10/87 sobre as transgressões administrativas, um dos poucos documentos que grosso modo, se bem difundida, ajudaria a regular o comportamento urbano dos moradores da capital e não

A cronologia de proibições é longa, mas resumidamente recorda-se que em Luanda, há algum tempo, já era proibido colocar rouletes nos passeios, lavar carros em qualquer sítio da cidade bem como parquear viaturas nos passeios.

Outra das grandes proibições do GPL a que se assistiu, tendo para os devidos efeitos sido desdobrados efectivos da polícia Fiscal na via pública, era a venda ambulante e a conseqüente proliferação de mercados informais cidade adentro. O quadro actual de tudo isso

mostranos uma realidade inversa, atingindo um estágio de aparente permissividade com indicadores para possíveis agravos, cujos reflexos estão na anarquia e na desordem já presentes em muitos recantos da cidade. Em tudo quanto é canto, debaixo de prédios, defronte a estabelecimentos públicos ou não, está uma quitanda montada. Grupos de mulheres sentadas com bacias carregadas de produtos hortícolas, sandálias e roupas femininas, para além de outros, podem ser vistas em todo o lado. A mais recente medida do Governo Provincial Luanda (GPL) aludia a intensificação das medidas punitivas contra as pessoas que procedam à ocupação dos passeios e vias públicas com inertes. O despacho, datado de Janeiro deste ano e, assinado pelo Governador Job Castelo Capapinha, exorta aos serviços de Fiscalização e à Polícia Nacional a fazerem cumprir a orientação. Apesar de tudo isso, há muitos passeios onde os peões há muito estão proibidos de passar, só porque alguém fez dele um autêntico parque de estacionamento. E para não disputar a estrada com os carros, só se passa enfiando-se entre os carros ali indevidamente estacionados, para além de outros obstáculos.

O que começa a parecer estranho é que os fiscais do GPL que se responsabilizavam por esta faceta do ordenamento da cidade, não aparecem nas ruas como dantes. De vez em quando circulam de carro e, sorrateiramente, vão apreendendo os pertences das quitandeiras ou do jovem vendedor ambulante mais distraídos. Aos olhos dos cidadãos, a acção dos fiscais desvaneceu.

Contactada por este semanário a propósito do assunto em questão, fonte oficial junto da direcção de Fiscalização do GPL limitou-se a discordar que os seus homens se tenham retirado das ruas, assegurando que estão permanentemente em acção e que todos os dias vão ao terreno. Entretanto, admitiu que o que está em causa é a exiguidade de efectivos para dar maior cobertura à cidade capital.

«Para falarmos sobre isso vocês olhem primeiro para a dimensão da cidade de Luanda. Tem mais de três milhões de habitantes, façam a estatística e só depois se pode partir para uma entrevista. Não é com 200 homens que teremos um trabalho sério», disse.

2.2 Mercado dos Kuanzas pode ser fechado

Folha8...03-03-07

As péssimas condições apresentadas pelo mercado dos Kuanzas, sito no município do Cazenga, podem ser motivo suficiente para que o mesmo siga o rumo traçado para o do Roque Santeiro.

Nos meados do ano passado, por se entender que o

mercado do Roque contribuía consideravelmente para a propagação da epidemia da cólera surgida em Fevereiro de 2006 e que há já um ano tem vindo a ceifar a vida de milhares de angolanos, com o agravantes de o mesmo mercado situa-se nas proximidades do principal foco da epidemia, o bairro da Boavista, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, decretou o encerramento do maior mercado informal do país que sustenta milhares de famílias.

Mas, para quem visita o mercado dos Kwanzas, percebe-se que o mercado do Roque terá sido encerrado por qualquer outro motivo que não seja as fracas condições sanitárias, a considerar que o mercado dos Kwanzas se encontra em piores condições. Logo, este devia ser o primeiro.

Eram 9:30 da manhã de terça-feira quando o autor destas linhas se prepara para visitar mais uma vez o mercado. porém, como a chuva ameaçava, decidi esperar que essa passasse. Felizmente caíram apenas algumas gotas, aí ele pôs-se a caminho do seu local de reportagem, consciente de que este estava em condições que lhe facilitavam o trabalho, mas, mero engano. A porta do mercado, com o seu olhar perscrutador, apenas via os famosos "saqueiros" a sorrir, porquanto estes rendiam muito com a venda dos sacos. Para evitar sujar os calçados ou a roupa, os visitantes do mercado compravam sacos que os "saqueiros" lhes calçavam prendendo com fita-cola, isto porque as ruas do mercado estavam completamente intransitáveis, mas este visitante ignorou tal facto, o que lhe custou os sapatos e as calças sujos. O mercado é composto de um chão impermeável, o que faz com as águas da chuva e não só fiquem impermeáveis durante muito tempo, praticamente ao longo de todo o verão. Depois de alguns dias, já alguma quantidade de água é absorvida pela terra ou pelos trapos e outros meios que os vendedores utilizam.

O terreno fica totalmente lamacento e nauseabundo, que serve de repulsa para os transeuntes. Mas algumas pessoas parecem estar acostumadas. Dona Gingongo, vendedora de fuba, toda ela bem equipada, é daquelas pessoas que já não se incomodam com tal falta de higiene que identifica da o seu local de venda.

"Vamos mas faz como, papá?", replicou a comerciante quando se lhe perguntou se não se importava com toda aquela sujidade. "Se temos dinheiro nós pagamos os miúdos para tapar aqui com areia ou mesmo tapamos com papelão como eu fiz", acrescentou. Parece que todos estão conformados com o estado do mercado. Depois de mais alguns metros percorridos, chegamos até ao local da venda de medicamentos onde uma enorme montanha de lixo faz companhia aos vendedores. O facto inconcebível é que, para um

mercado que alberga milhares de vendedores a quem diariamente é cobrada a quantia de 100.00 KZ não tenha pelo menos um contentor para o depósito do lixo, nem mesmo uma equipa de limpeza do mesmo. Logo o repórter vê junto da montanha de lixo um homem aparentemente embriagado ou maluco que com uma haste procura afastar o lixo das bancadas, a quem passou algumas palavras mas sem respostas. Mais tarde soube de uma outra pessoa que ele é pago para tal serviço.

Com a intenção de contactar os responsáveis pelo mercado o repórter pôs-se a caminho da administração do mercado, mas infelizmente inúmeras foram as dificuldades encontradas. Para além dos obstáculos causados pelas avolumadas montanhas de lixo que estreitaram a estrada que dá acesso à administração e as águas estagnadas, os próprios funcionários foram o pior empecilho.

"O administrador não está e ninguém mais pode falar", disse um homem claro e de bom porte depois de o visitante se apresentar e informar o razão que o levava até aí. Depois de várias outras tentativas, o repórter encontrou alguém um pouco mais simpático que lhe disse que administrador não estava, mas que podia contactar o 2º Administrador. Para a sua surpresa, o repórter dá conta que o com quem contactou primeiro era o 2º Administrador. O silêncio sobrevoou a sala durante alguns minutos e mais tarde aquele responsável garantiu mais uma vez que não podia falar nada, é por este facto que não trazemos a intervenção de nenhum responsável. Lembre-se que, quando terminadas as obras, o mercado do Roque será transferido para o município do Cacucaco, no Panguila, e terá a denominação de Mercado Municipal de Cacucaco.

2.3 Victor Fernandes no reino de Capapinha

capital...03-03-07

Ainda está por se entender as razões que obrigam o Governador de Luanda, Job Capapinha, a insistir na manutenção do Director Provincial de Fiscalização, Víctor Fernandes, quando se sabe que o mesmo há muito que já deu mostras de clara incompetência para travar os excessos dos seus agentes de fiscalização.

Mas é sobre o Governador de Luanda que devem ser assacadas grande parte das culpas por ser o responsável pela continuidade de um insensível como este Víctor, cujos homens sob o seu comando inverteram o verdadeiro objectivo do seu trabalho, ao confundirem organização do casco urbano com corridas trelouçadas atrás de kinguilas. Esta semana, por exemplo, mais um desses brutamontes de uniforme esverdeado, com direito à gravata, inclusive, tirou a vida a mais uma

mulher que apenas pretendia garantir um pouco de dignidade, um direito que lhes coarctado no país em que vivem repleto de «sanguessugas» sempre interessados na desgraça da maioria.

Job Capapinha pode ser o sangue de barata que se conhece, mas não o estamos a ver a deixar passar este assunto impune. O Governador vai, sem sombra de dúvidas, agir, aliás, é um dever punir este tipo de excessos dos seus homens, sob pena de ser acusado também de aplaudir este festival de agressões e mortes como a desta semana. E uma dessas punições de Capapinha passa, obviamente, por mandar para casa Victor Fernandes e alguns dos seus mais directos colaboradores que parecem incentivar este cortejo de atrocidades. O Director de Fiscalização do GPL não trouxe nada de novo, aliás, veio piorar um sector que já vinha com «erros genéticos» desde a sua concepção.

Apesar de um rosto cândido, o «bom» do Vítor demonstrou logo que vinha com ideias repressivas, onde para o seu projecto de endireitar uma Luanda já de si completamente torta e mostrar trabalho ao chefe não se coíbe de mandar bater, prender e agora também a matar.

Mas os fiscais não só satisfazem-lhe as vontades, como também ultrapassam-lhe agridem, envolvem-se em cenas de pugilatos com miúdos na rua, roubam e repartem os produtos entre si, são subornados pelas vendedoras, enfim, não passam de um bando de indivíduos mal preparados para lidar de forma urbana com os populares. Este tipo de cenas de pura repressão faz lembrar os tenebrosos tempos das «cangas coloniais», os cavernosos períodos dos «tonton macoute» no Haiti, onde paga o Governador que confiou tão delicado cargo a uma pessoa cujos homens há muito passaram o desrespeitam. Não paga somente o Governador, sai também chamuscada a imagem de quem confiou a salvação de Luanda a Job Capapinha, que, aos poucos, já vai dando mostras de fortes debilidades não só técnicas mas também humanas para dirigir uma cidade com problemas tão complexos como Luanda. Ele não é, afinal, o tal Messias que muitos pensavam que seria. Tudo aquilo que começou por fazer no início do seu consulado começa a ruir. A linda menina Luanda está feia, remelenta, a cheirar catinga quanto baste nas axilas e em todo o corpo, numa só palavra, Luanda está toda envergonhada, porque está a ser mal governada. O Governador não veio trazer nada de inédito, ou melhor, trouxe uma mão cheia de nada, o seu consulado é tão pior quanto igual aos seus antecessores. Ele não é Governador, é apenas mais um que foi colocado onde nunca deveria ter sonhado sequer estar. A verdade dos factos é que a Luanda de Capapinha, esta, já faliu.

E para entornar o caldo todo, coloca-se para cima da população uma cambada de aproveitadores das

fraquezas alheias, verdadeiros açambarcadores de bens de outrem, salteadores do tipo «capitão Gancho», corruptos, cujo verde no uniforme não representa esperança, mas esconde um vermelho do sangue vertido por mulheres e jovens na luta diária pela sobrevivência que o país não lhes confere.

2.4 Policia acusada de espancar "zungueira" até a morte

Folha8..10-03-07

Uma cidadã que em vida respondia pelo nome de Maria Filomena Luvumbo, 28 anos, morreu quarta-feira, 7 de Março, vítima de espancamento por um elemento afecto ao posto policial do quilómetro 9, da Polícia Nacional, em Viana, denunciaram ao Folha8, testemunhas oculares. Segundo as fontes, tudo começou por volta das 10.30 horas, quando a malograda em companhia de mais vendedoras ambulantes conhecidas por "zungueiras" foram escorraçadas, com porretes e armas de fogo de tipo AKM, num dos mercados paralelos da rua da Cometa, bairro da Estalagem, por efectivos da Polícia Nacional, e dos Selviços de Fiscalização da Administração Municipal de Viana, que se encontravam em serviço de rotina na àquela área.

A fuga empreendida pela jovem mãe que comercializava "muamba de ginguba", um tempero muito utilizado nos pratos típicos da culinária angolana, foi em vã, porque um dos agentes que a perseguia impiedosamente, depois de percorrer pouco menos de 20 metros, deu-lhe uma rasteira que a forçou embater com a cabeça contra o parapeito de um dos quintais de uma casa próxima do local do crime.

E, como não bastasse, fazendo fé das declarações das nossas fontes, mesmo a malograda já estatelada ao chão, o seu carrasco desferiu-na mais três duros pontapés do baixo ventre, que resultaram em morte imediata, sem quaisquer hipóteses de ser socorrida, acrescentaram as testemunhas visivelmente desapontadas com o sucedido.

A jovem que era natural do Uíje, até na altura da sua morte, estava em estado de gestação de três meses. Ela deixa viúvo e três órfãos menores. Entretanto, o Administrador Municipal de Viana, João Alberto, em declarações à Rádio Luanda sobre o assunto, na tarde desta quarta-feira, contrariou as fontes, argumentando de que Maria Luvumbo terá morrido por tropeçar num buraco quando fugia a repressão policial violenta.

O Folha8 contactou o porta-voz do Comando Provincial de Luanda, da PN, sobre o assunto, mas este, até ao fecho desta edição, havia garantido fazer um pronunciamento mais pormenorizado depois que reunisse todos as informações relacionadas com o

assunto. Até as 21 horas do dia da morte, o corpo ainda não tinha sido removido para a casa mortuária por especialistas da Investigação Criminal, e continuava a jazer ao relento.

Nos últimos tempos, a Polícia Nacional tem sido acusada sistematicamente de violar os direitos humanos contra cidadãos, com realce em Luanda. Um dos casos mais recentes ocorreu em Fevereiro em que um jovem acusado de ter roubado três caixas de bacalhau na empresa para o qual trabalhava foi espancado até a morte no comando da IV Divisão, no bairro Prenda, versão recusada pelos responsáveis desta unidade

2.5 Lei vai regular o mercado

Folha8...10-03-07

A Assembleia Nacional aprovou no passado dia 01 de Março a lei das Actividades Comerciais, como mecanismo que regula o exercício do comércio em todo o território nacional, contemplando cidadãos nacionais e estrangeiros, mas com responsabilidades diferentes dentro do mercado grossista e retalhista.

O projecto de Lei das Actividades Comerciais no país, que foi aprovado, traz, entre outras, como inovação a exclusividade do exercício do comércio para os nacionais a pequena actividade comercial, enquanto que para os estrangeiros reserva a obrigatoriedade da construção de infra-estruturas de raiz de médio e grande porte (grandes superfícies comerciais).

De acordo com o director nacional do comércio interno, Gomes Cardoso, que falava à margem da sessão plenária da Assembleia Nacional, realizada no passado dia 1 de Março, que marcou a aprovação da proposta de Lei das Actividades Comerciais, garantiu que este é um marco fundamental na vida dos angolanos, "porque a partir de agora muita coisa vai mudar. Teremos uma fiscalização do comércio mais actuante dentro do sector".

O projecto legislativo, que foi revisto e corrigido pela 1ª e 5ª comissão da AN, foi discutido na generalidade pelos deputados que efectuaram os respectivos estudos e depois a consequente aprovação. "O documento beneficiará os comerciantes nacionais ao mesmo tempo contemplará os expatriados capacidade civil, comercial, financeira, além de exigir como requisito a estes, permanência e residência legal no país", afirmou Gomes Cardoso. Outra das exigências do Projecto de Lei, segundo Gomes Cardoso, são a comprovação da qualidade dos bens de consumo, rotulagem em português dos produtos, o cumprimento das normas gerais de segurança, salubridade, higiene e inocuidade dos mesmos. Não se restringindo apenas nesses aspectos, o documento apresenta como exigências complementares a data de fabrico dos produtos, bem

como do referido serviço pós-venda. Neste quadro, reconheceu aquele responsável, a assistência pós-venda é obrigatória para bens de equipamento e consumo duradouro, com a exigência da entrega dos manuais de instruções em português, incluindo a garantia de reparação num período mínimo de um ano. Para a reparação e disponibilização de peças e acessórios, por parte do fornecedor, o período será de cinco anos, como exigência do mercado angolano.

No entanto, o director nacional do comércio interno considerou o projecto de inovador nos seus aspectos gerais, objectivos, conceitos e na forma, realçando estar estrutura do em VII capítulos, 42 artigos e mais de 30 páginas, tornando desta forma, o quadro mercantil mais atractivo e responsável.

O responsável espera que o instrumento legal qualifique a actividade comercial como fundamental para a estrutura económica que seja moderna. Espera que o mesmo funcione como motor no desenvolvimento e aproveitamento das actividades comerciais.

A lei estabelece os princípios e normas gerais do comércio, regular e disciplinar o exercício da actividade comercial, além de favorecer o ordenamento e modernização das infra-estruturas comerciais em todo o território nacional. Protegerá, por outro lado, a livre e leal concorrência entre comerciantes, ao mesmo tempo que salvaguardará os direitos do consumidor.

De recordar que o projecto de Lei das Actividades Comerciais é resultado do Iº Encontro Nacional sobre o Comércio em Angola, realizado nos dias 25 e 26 de Abril de 1996 que adoptou as bases gerais de reforma do sector.

O projecto foi aprovado pelo Conselho de Ministros a 26 de Janeiro de 2006 e a proposta revista foi apresentada aos deputados no dia 7 de Fevereiro de 2007 e no dia 01 de Março foi aprovada pela Assembleia Nacional, marcando desde já, a nova era do comércio.

2.6 Cresce actividade comercial no município de Katchiungo

Kasongo...15-03-07

No município do Katchiungo, a 62 quilómetros a leste da cidade do Huambo, a actividade comercial e de pequenas indústrias cresceu nos últimos tempos, tendo sido instaladas, em várias localidades, 19 lojas e 26 pequenas indústrias de transformação de farinha de milho.

Até ao ano de 2003, o município contava apenas com duas lojas e cinco moagens, que funcionavam na sede do município. Actualmente, conta já com duas peixarias e um talho, duas alfaiatarias, três padarias, quatro carpintarias e uma serrallaria que permitiram criar mais de cem postos de trabalho directo e

indirecto.

Gabriel Cacimba, chefe de secção dos Serviços Económicos e Produtivos da administração do município de Katchiungo declarou que a atitude dos agentes económicos privados responde as preocupações das autoridades administrativas locais e do governo da província, que quer ver os produtos manufacturados próximos das comunidades rurais. Para tal, o governo do Huambo está a implementar desde 2006, através da sua agência de desenvolvimento sócio-económico, o programa de instalação de lojas rurais e de moagens nos municípios e comunas para fomentar o comércio rural com o fornecimento de produtos de primeira necessidade e a comercialização de produtos agrícolas locais.

2.7 ONG DW reúne clientes no programa "Kixi-credito"

Jornal de Angola...20-03-07

Um encontro anual de clientes do programa "Kixi-Crédito", que visa reduzir a pobreza no seio das comunidades, decorre desde ontem, no pavilhão gimno desportivo do Petro Atlético, localizado no centro da cidade do Huambo, uma promoção da Organização Não Governamental Development Workshop (DW).

Os clientes do programa "Kixi-Crédito" vão apresentar as suas preocupações e propostas para melhorar e aumentar as acções de concessão de créditos por parte da DW. Durante o encontro, a organização vai também apresentar o "Kixi-Crédito Negócio", que visa aumentar os valores até 10 mil dólares norte-americanos.

A Organização Não Governamental americana Visão Mundial vai igualmente apresentar, durante o encontro anual dos clientes, a situação e perspectivas do micro-crédito rural.

O evento conta com a presença do director-geral da DW em Angola.

O programa do "KixiCrédito" está a ser implementado nos municípios do Huambo, Caála e Bailundo, e conta com mais de três mil e 500 beneficiários. O mesmo prevê o manuseamento, este ano, de cerca de três milhões de dólares norte americanos

2.8 Falta de credito dificulta avanço empresarial

Jornal de Angola...21-03-07

A falta de financiamento constitui, para as mulheres empresárias nacionais, um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento de pequenos negócios, segundo a presidente da Federação de Mulheres Empreendedoras de Angola (FMEA), Maria do Carmo Nascimento.

Maria do Carmo Nascimento, que prestou a informação à margem do 32 Encontro Nacional da Mulher Empresária, aberto ontem em Luanda, disse que a situação é mais visível em algumas províncias, por um lado, por falta de instituições bancárias, por outro, devido à falta de conhecimento.

O 3º encontro nacional visa informar os procedimentos que as empresárias devem tomar para o acesso ao crédito, bem como apresentar os diversos produtos que os bancos estão a lançar, com vista a facilitar o crédito.

Durante dois dias, serão analisados e discutidos os relatórios da associação, bem como a avaliação da situação actual da FMEA. A principal aposta para este ano, vai residir na formação das empresárias para melhorar o desempenho das empresárias. Para o efeito, foram estabelecidas algumas parcerias com instituições estrangeiras ligadas às áreas de projectos e gestão.

A FMEA pediu, por outro lado, às autoridades governamentais no sentido de a instituição passar a ser uma associação de utilidade pública para usufruírem de verba e atender às suas necessidades.

2.9 Mercados de Luanda estarão prontos em Julho

Jornal de Angola...22-03-07

As obras de construção dos mercados do Panguila (Cacuaco) e de reabilitação do de São Paulo (Sambizanga) poderão estar concluídas em Julho próximo, enquanto que o dos Cangolenses aguarda pela instalação de materiais de conservação de perecíveis, foi hoje anunciado.

O facto foi dado a conhecer durante uma visita do governador de Luanda, Job Capapinha aos referidos locais. O governador foi acompanhado do secretário do Consócio de Ministros, Manuel António Carlas dos Reis Júnior, e do chefe de gabinete do Presidente da República, Mânel Cunha.

Segundo explicações dadas no local por responsáveis das empresas construtoras e de fiscalização das empreitadas, depois de várias interrupções, por razões "técnicas", estão já reunidas as condições para a conclusão até Julho.

O mercado do "Panguila" terá 144 lojas; cinco mil e 856 bancadas, duzentos armazéns e 48 restaurantes, - enquanto que o de São Paulo, que vai ter mais um andar. contará com 118 lojas 80 delas no andar superior, 508 bancadas, um restaurante e quatro armazéns.

A comitiva visitou as empresas de infra-estruturas básicas (Ensib) e de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), tendo reuindo à porta fechada com as suas direcções

Paia constatar o estado das vias, na sequência das

enxurradas que assolaram Luanda, a comitiva esteve em troços esburacados e alagados na avenidas Ngola Kilunage (do Kicolo a Cuca), Hoji-ya-Henda (do Embodeiro do Cazenga a passagem de nível), a rua dos comandos (da Cuca a Frescangol) e da Senado da Câmara (passando pelo vulgo Prédio sujo).

2.10 Camponeses associados beneficiam de micro crédito do BPC

Angop...23-03-07

Quatrocentos e três camponeses, associados em quatro cooperativas agrícolas, beneficiaram hoje, na localidade de Muenga, nordeste da cidade do Uíge, de micro crédito, no quadro do programa do governo que visa o melhoramento do nível de vida dos camponeses. Numa primeira fase, foram concedidos pelo Banco de Poupança e Crédito 211 mil e 500 dólares americanos as cooperativas do Mengando do Muenga, Cahinia do Povo Mateus, Quinguangua e Povo Luanda, todas do município do Uíge.

Falando no acto de entrega do micro crédito, o delegado provincial das Finanças, Miguel Bento, disse que um valor global de 540 mil dólares americanos está disponibilizado para atender 15 cooperativas de camponeses na região.

Assegurou ser vontade do governo que o projecto tenha continuidade, frisando que, para o efeito, dependerá do empenho, organização e capacidade dos camponeses no retorno do dinheiro. O presidente da mesa da assembleia geral da Unaca-Federação das Associações de Camponeses e Cooperativas agro-pecuárias do Uíge, Pedro Pinto, enalteceu os esforços da organização e a colaboração dos camponeses com vista o seu agrupamento em associações e cooperativas. Garantiu que, em parceria com o Instituto do Desenvolvimento Agrário, serão desenvolvidas acções que visam a transferência de tecnologia moderna aos produtores agro-pecuários, para a dinamização de empresas e comércio rural, com vista a possibilitar o reembolso do dinheiro recebido pelos camponeses

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Desempenho de função pública não é brilhante

Folha8...03-03-07

A plena transparência exige que os dados económicos e financeiros sejam publicados em tempo e tornados disponíveis ao público em geral, mas o nosso país ainda não tem um sistema funcional eficiente de aquisição pública, com normas e procedimentos aplicados e executados universalmente.

O governo angolano está reocupado com o débil funcionamento da Administração local do Estado distinguida por incompetência e corrupção a todos os níveis. Para tentar por cobro a esta situação, o ministério da Administração do Território convocou 40 inspectores provenientes das 18 províncias do país para um curso de capacitação .

A cerimónia de abertura da formação, o vice-ministro da Administração do Território, Mota Liz, admitiu que os relatos da avaliação que se fazem dos serviços públicos, não são brilhantes, defendendo, por isso, a necessidade de compreender a dinâmica da evolução da sociedade angolana.

"Não podemos deixar que as rotinas da corrupção, da gasosa, a facilidade e do amiguismo façam o modo de vida da administração local", defendeu, tendo considerado os inspectores como a arma do Estado para corrigir as situações anómalas, devendo para isso estarem "preparados para actuarem e prevenir as irregularidades na gestão da coisa pública".

O vice-ministro pediu para que se proporcionem impulsos morais aos servidores públicos para corrigir os erros que estes cometem no exercício das suas funções. Segundo analistas, o desenvolvimento de um estilo de administração mais aberto, que inclui a publicação regular e atempada de dados importantes e a sua divulgação, é parte essencial do processo de edificação de um sistema de governação mais transparente e responsável.

Para o país atingir este clima deve assegurar que as grandes receitas públicas geradas principalmente pelo petróleo, sejam utilizadas para satisfazer as necessidades prioritárias da população e promover o desenvolvimento de longo prazo.

Os relatórios de execução orçamental deveriam ser aprovados a tempo, ajustados e submetidos à apreciação da Assembleia nacional.

Durante muitos anos, em Angola, uma grande parte das despesas e receitas têm sido efectuadas fora do

sistema do Orçamento Geral do Estado, por vezes ligadas a empréstimos não concessionais contraídos a bancos internacionais e garantidos pelo petróleo.

As despesas extra-orçamentais, que são efectuadas sem observância dos procedimentos do Tesouro relativos à autorização dos compromissos e pagamentos do Governo, tornaram difícil gerir as finanças públicas em conformidade com o orçamento aprovado ou com os objectivos de desenvolvimento.

3.2 Como estão as mulheres a nível governamental?

Capital...03-03-07

Da mesma forma que uma família só é ela mesma quando tiver pai e mãe, então, um país só é o que quiser ser quando constituído por homens e mulheres. Como se valorizam as mulheres



Janeth Laudina, Estudante Universitaria

O papel e a representação da mulher a nível governamental no nosso país se encontra já num nível muito alto, graças a Deus. Juntas estamos a lutar contra o analfabetismo, e muitas outras situações como os maus-tratos, até, porque já existem mulheres com categoria intelectual aceitável, não só em Angola como no resto do mundo. Em momento algum as mulheres subirão ao topo mais alto. Há que haver diferença para que haja respeito e autoridade. Talvez daqui a mais tempo chegaremos a governar o mundo, mas nunca para desvalorizar os homens. Tanto o homem como a mulher têm a mesma percepção do que é governar: organizar e garantir o futuro de todos nós.



Marina Fernandes, Funcionaria Publica

Todos nós temos um único objectivo que é velar pelo bem-estar populacional. E como todos sabem que o nosso país tem mais mulheres do que homens, daí surge a importância da nossa participação nos assuntos que dizem respeito ao bem-estar do país. Não é querer igualar os direitos, mas nós mulheres, também temos

capacidade suficiente para governar. Somos as que mais sentimos falta, então, se os homens têm projectos, as mulheres têm o jeito, e ambos precisam-se mutuamente. O papel da mulher a nível mundial é muito importante, porque ela é a força de uma nação.



Antoanette Mankengo, Operadora de informatica

É muito importante que os homens reconheçam a importância da mulher, visto que eles são fruto do nosso ventre. Este dia para mim é importante, por ser o único momento em que se avalia e reconhece o valor do trabalho e da luta que a mulher tem feito para melhorar o país. Haverá muitas palestras, actividades, encontros almoços, diversas e diferentes actividades. Seria bom que todas nós participássemos para juntas possamos traçar novos planos para o futuro. Afinal de contas a mulher não foi feita para governar só a casa, mas também departamentos, grandes empresas etc.



Fatima dos santos, Estudante

As pessoas só são valorizadas quando elas mesmas se valorizam. A mulher vem lutando junto com o homem desde a fundação da terra, por isso, existem mais mulheres do que homens. Se verdes e tentades acompanhar a história da vida do primeiro presidente de Angola vereis que em cada capítulo do livro e de sua vida na luta pela liberdade, ele se refere à mulher como encorajadora. As mulheres em Angola já vêm a lutar há muito tempo, por isso, são dignas de serem homenageadas. Tanto nas igrejas, em casa, nas empresas; no mundo inteiro, a mulher é importante, e fundamental. Uma família só é ela mesma quando tiver pai e mãe. Então, um país só é o que quiser ser quando constituído de homens e mulheres.

3.3 Recomendação da SADC ainda não foi atingida

Angolense...10-03-07

A recomendação da SADC, segundo a qual as mulheres devem ocupar 30% dos cargos públicos, assim como nos partidos, ainda não foi atingida em Angola. A afirmação é de Carolina Fortes, membro do comité provincial de Luanda do MPLA.

Os números falam por si. O Comité provincial é composto por 113 elementos, sendo 37 do sexo feminino, ao passo que se regista um equilíbrio no secretariado provincial, integrado por 10 pessoas, cinco homens e igual número de mulheres. Com efeito, diz ser necessário mais empenho por parte das senhoras, para que a sociedade ganhe mais confiança nos seus serviços, pois, elas podem fazer mais e melhor que muitos. "No MPLA existem muitas mulheres nas diversas áreas, não só a nível central mas também nas bases, como são as comunas, municípios e províncias. Antes não era muito comum, mas agora o quadro é diferente". Acrescentando que muitas são as senhoras com cargo de chefia no partido dos camaradas, realçando o facto de existirem mais de quatro segundas secretárias provinciais. Antes do V congresso do EME, a representação feminina era em número menor, segundo Carolina Fortes. Em Luanda, maior pólo eleitoral, durante a renovação de mandatos, os Comités da Ingombota e Samba passaram a ser liderados por senhoras. Para ela, a viragem que se regista é por merito, afastando assim, qualquer tentativa de acomodação de pessoas do sexo feminino nos cargos de direcção e chefia, como forma de assegurar o equilíbrio no género, como recomendam as Nações Unidas e a SADC. "Vamos chegar mais longe, até porque o partido está preocupado com isso", disse, para mais tarde reconhecer que os 30% devem ser uma conquista, para que a ascensão seja por mérito e não por atribuição. Referiu que a mulher angolana está presente em vários ramos do saber, citando os casos da cultura, desporto, política e outros sectores, onde lado a lado com os homens lutam para o desenvolvimento do país.

"Apesar disso, o número de mulheres na vida política partidária ainda não é satisfatório, concretamente no MPLA, partido onde milito. Mas, já demos um passo significativo. Repito, já temos segundas secretárias provinciais, e primeiras secretárias municipais, o que antes não se verificava", realçou.

No seu entender, as mulheres não estão bem representadas no Governo e na Assembleia Nacional, pois, não chegam aos 30%, como recomenda a SADC. Além disso, considera que as pastas ministetiais ocupadas pelo sexo feminino não são tão relevantes. Na era em que Albina Assis ocupava a pasta dos petróleos e

Fátima Jardim das pescas, considerou que havia mais equilíbrio no Governo, por serem ministérios influentes. "Ainda não há equilíbrio, nem no parlamento nem no Governo," afirmou.

Explicou que para se chegar a tais patamares, as pessoas devem estar filiadas a um partido, facto que muitas senhoras não compreendem, por considerarem a actividade política vulnerável.

3.4 Ministro do Território reúne-se com autoridades tradicionais

Jornal de Angola...14-03-07

O ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, deslocou-se ontem ao município de Cambambe, onde se reuniu com as autoridades administrativas e tradicionais, no prosseguimento da sua visita ao Kwanza-Norte.

Na sua deslocação a Cambambe, Fontes Pereira fez-se acompanhar do governador provincial, Remique André júnior, e foi recebido pelo administrador municipal, Martinho Rodrigues, tendo de seguida visitado um posto de registo eleitoral, no bairro Alto Dondo.

Ainda ontem, o ministro, que, também é o coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral, reuniu-se, em Ndalatando, com o governo da província e com os administradores municipais.

Desde segunda-feira, para uma visita de trabalho de três dias ao Kwanza-Norte, com o objectivo de avaliar o andamento do registo eleitoral e tratar de questões ligadas ao seu pelouro, o governante prevê ainda abordar com as autoridades locais aspectos relacionados com a melhoria da organização e funcionamento dos órgãos da administração local.

Em análise esteve também a revisão recentemente efectuada ao decreto-lei 17/99, que introduziu algumas alterações na orgânica e funcionamento dos órgãos dos governos provinciais e das administrações municipais e comunais.

Fontes Pereira visitou já um posto de registo eleitoral na aldeia do Quilómetro 13, município de Kazengo, e as instalações da Comissão Executiva Provincial para o Processo Eleitoral (CEPE), onde recebeu informações sobre o funcionamento de ambas as estruturas.

3.5 Parlamentares constataam grau de execução do OGE

Jornal de Angola...14-03-07

Deputados à Assembleia Nacional da primeira e nona Comissões estão, desde ontem, na cidade de Ondjiva, para uma visita de trabalho de três dias à província do Cunene, visando constatar o grau de implementação e cumprimento das acções do Governo e a execução do

Orçamento Geral do Estado (OGE) na província, Em declarações à imprensa local, o chefe da delegação, Domingos Mutaleno, adiantou que os parlamentares vão verificar, junto das autoridades locais, como está a ser feita a execução do programa geral do Governo para o biénio 2007/2008, bem como avaliar a aplicação do Orçamento Geral do Estado durante o primeiro trimestre do ano em curso e a implementação das leis em diversas instituições.

Após a sua chegada, os deputados afectos às comissões de Assuntos Constitucionais, Administração e Poder Local e Direitos Humanos, Petições, Reclamações e Sugestões, mantiveram um encontro com entidades do governo local, com quem analisaram questões relacionadas com a realidade estrutural e organizativa da província, assim como a política de quadros, recrutamento, promoção e apoio social, desenvolvimento territorial e o funcionamento das administrações municipais, comunais, de bairro e povoações.

Os deputados mantiveram ontem encontros com o delegado provincial da Justiça, com o juiz presidente do tribunal provincial, com o procurador provincial e com o comandante provincial da Polícia Nacional.

Está ainda prevista uma visita à unidade penitenciária do Kwanhama.

Durante a visita, os parlamentares vão igualmente rever as questões relacionadas com as carreiras na administração pública, o cumprimento das disposições legais sobre movimentação de quadros a nível da província, essencialmente nas áreas de Educação e Saúde e a nível de desenvolvimento nos sectores produtivo e social.

Antes do término da visita, prevista para amanhã, quinta-feira, a delegação tem agendada uma deslocação ao município de Namacunde, onde se irá reunir com as entidades da administração local, para análise e avaliação de experiências acumuladas na gestão desse território e a sua ligação com as comunidades.

3.6 Inspectores provinciais trocam experiências

Jornal de Angola...16-03-07

Para constatar o funcionamento das administrações municipais de Luanda, os quarenta e dois inspectores provinciais, que beneficiam de uma acção de formação e capacitação sobre "inspectores da administração local do Estado" no Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) em Luanda, realizaram uma visita à Administração Municipal do Sambizanga. Provenientes de todas as províncias do país, os quadros da Administração visitaram, igualmente, o centro médico municipal, a Administração do Ngola Kiluanje,

o Centro de Acolhimento do Bairro Uíje, bem como a Escola Venâncio de Moura.

Segundo o administrador municipal, Mateus Costa "Godó", a instituição que dirige está satisfeita pela visita porque foi a primeira Administração que recebeu os formandos' para se inteirarem da realidade do dia-a-dia do município, bem como a troca de experiência entre os inspectores a nível dos governos provinciais.

Neste sentido o administrador realçou aos formandos para continuarem a fazer mais visitas, não só a nível da província de Luanda, mas, também, em outras.

"Devem igualmente, fazer um intercâmbio e refrescamento nas outras províncias para tirarem o melhor proveito porque ,cada província tem as suas características", sublinhou .

Sobre a campanha de colocação de placas de proibição lançada, recentemente, nas imediações do largo de S.Paulo, Mateus Costa disse que a acção está dentro do programa da Administração e se enquadra no âmbito do grupo operativo com objectivo de se tomar medidas e acabar com a ven'da ambulante e a anarquia naquele local.

Por outro lado, a técnica do IFAL, Teresa Lopes, reiterou que a visita teve como objectivo a troca de experiência e intercâmbio entre as administrações municipais de Luanda e a administração local das outras províncias do país.

"Os formandos ficaram satisfeitos com a visita efectuada à referida ,Administração, que para, muitos serviu também, para comparar o funcionamento da administração da capital do país e das outras províncias", sublinhou Teresa Lopes, apelando aos inspectores no sentido de se empenharem cada vez mais e durante as suas actividades aplicar os conhecimentos adquiridos.

Os formandos, que terrnjam a acção de formação hoje, 16, receberam, igualmente, informações sobre a situação sócio-económica 'e comunitária do município. O curso teve a duração de quatro semanas.

3.7 Lançado programa piloto de agentes comunitários

Jornal de Angola...16-03-07

As autoridades sanitárias de Luanda procederam, ontem, ao lançamento do Programa Piloto de Agentes de Saúde Comunitária que, numa primeira fase, vai abranger seis dos nove municípios da capital do país.

De acordo com o director provincial de Saúde, Vita Vemba o projecto vai desenvolver-se nas zonas suburbanas dos municípios de Viana, Cacuaco, Kilamba Kiaxi, Samba, Sambizanga e Cazenga, os mais críticos em termos de saúde pública. O responsável, que falava no Museu de História Natural, durante o acta de

apresentação do programa, disse que foram recrutados três mil 444 agentes comunitários, que serão treinados por 20 médicos cubanos especializados em medicina geral. Os agentes comunitários têm a missão de instruir a população sobre os cuidados básicos de saúde e detectar doentes a fim de encaminhá-los às "unidades sanitárias, bem como afectar trabalhos de promoção.

Neste momento prosseguíu Vita Vemba estão garantida as condições técnicas, logísticas e humanas para o arranque do projecto que está previsto para a próxima semana. Na sua intervenção o governador de Luanda Job Pedro Castelo Capapinha, reconheceu o "déficit" de recursos humanos nesta área, sobretudo de técnicos. Referiu que o GPL apostou na formação básica de agentes comunitários de saúde, com o propósito de educar os munícipes e reduzir os índices de mortalidade materno-infantil nos bairros.

Nesta perspectiva,disse, o governo de Luanda implementa, desde, o princípio deste ano, um programa de recuperação e melhoramento dos postos e centros de saúde e os hospitais municipais, incluindo o seu apetrechamento e equipamentos. Estiveram presentes no encontro, mebros do Governo central, vice-governadores directores provinciais, administradores municipais e seus adjuntos, representantes de partidos políticos e de associações comunitárias. A população da província de Luanda é estimada em quatro milhões de pessoas, distribuída nos municípios da Ingombota, Maianga, Rangel, Samba, Kilamba Kiaxi, Sambizanga, Cazenga, Viana e Cacuaco numa area de aproximadamente 450 quilómetros quadrados.

É de realçar que, nos Últimos dias várias patologias têm sidas identificadas em algumas províncias.

3.8 Cabinda e o memorando de entendimento

Terra angolana...17-03-07

A política do governo em relação à Cabinda está a ser objecto de reajustamento, determinado pelas avaliações ou conclusões desfavoráveis ao estado de aplicação do Memorandode Entendimento.

O memorando de entendimento, até aqui não suscitou na população a aplicação esperada. Bento Bembe é visto pela população como agente do governo. O descrédito inerente desproveu-o de uma condição de prestígio, tida no pncípio do memorando de entendimento. Informalmente, considera-se que o memorando de entendimento apresenta na sua aplicação insuficiências que carecem de ser colmata das de modo a não comprometer. Uma das insuficiências mais flagrantes é a atitude de indiferença ou desapoio que mereceu da parte de grandes personalidades cabindas. Por rasão do reajustamentos

introduzidos, a condução e coordenação do processo referente ao memorando está confiada directamente ao primeiro Ministro Nandó, embora o Presidente da República José Eduardo dos Santos, esteja a acompanhar o assunto de perto no seu plano estratégico.

Foi igualmente elevado o grau de empenho no processo de figuras como Higino Carneiro ministro das Obras Públicas e Santana Petroff conselheiro da presidência da República. Higino Carneiro tem responsabilidades acrescidas no desenvolvimento do território enquanto Petroff tem a tarefa destinada a captar apoios internos e externos para o memorando de entendimento.

Entre várias personalidades cabindas ligadas ao regime cujo apoio foi solicitado, figura Zeferino Cassa Yombo. Foi-lhe prometido um cargo de administrador na Sonangol, depois de ter declinado o de vice ministro dos petróleos, na base do argumento de que já fora ministro da mesma pasta na década de oitenta

Nas últimas semanas foram também assinalados esforços adicionais no sentido de cativar figuras da diáspora de cabindas na Europa. Antoine Nzita, França, Quinta Ngaka, Bêlgica, Francisco Xavier e Rafael Jesseque, Hollanda, segundo fontes credíveis as referidas figuras aderiram ao processo.

Por outro lado, Pena Pitra, um membro destacado na comunidade Cabinda em França, esteve recentemente em Portugal para contactos em alguns casos recusados, com personalidades portuguesas atentas ao assunto de Cabinda, bem como com figuras da comunidade cabinda identifica das como contrárias ao memorando de entendimento. A missão de Pena Pitra, baseada num discurso agreste em relação ao memorando e a Bento Bembe, foi considerada entre membros da comunidade como um embuste. Pena Pitra foi mobilizado por Santana André Petroff, para uma missão considerada de texto de exercício e influências. Os esforços no sentido de captar o apoio de figuras e famílias cabindas prestigiadas, corre paralelamente a acções coactivas e intimidatórias contra os chamados recalitrantes.

A atitude do governo exclui qualquer reconhecimento público menos apreciativo ao memorando que oficialmente é para cumprir. Nessa linha, já foram incorporados nas FAA, pretensos ex combatentes da FLEC. Em substância, na cerimônia, deixou transparecer as seguintes contradições: Maurício Zulu identificado como principal chefe dos ex combatentes e por tal razão integrado nas FAA com a patente de General, estava a mais de 10 anos retirado em Ponta Negra, vivendo como negociante.

Gualter Inocêncio, investido na patente de Brigadeiro, não tem qualquer passado militar, natural de Cabo Verde viveu nos últimos anos em Portugal. Por outro lado, muitos elementos considerados ex combatentes

eram refugiados no campo de Quimbianga.

3.9 Conselho de ministro aprova registos gratuitos de nascimento e de obitos

Jornal de Angola...24-03-07

Os registos de nascimentos e de óbitos para as crianças dos zero aos cinco anos de idade serão, doravante, gratuitos.

O Governo, reunido ontem, em Luanda, na segunda sessão extraordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aprovou um decreto que vai regular a gratuitidade destes serviços. O documento estabelece igualmente que os menores dos oito aos onze anos terão bilhetes de identidade gratuitos. O Conselho de Ministros, reunido no Palácio Presidencial da Cidade Alta, em Luanda, aprovou igualmente o projecto de investimento privado denominado "Palanca Cimento", que integra a construção, na comuna da Hanha, município do Lobito (Benguela), de um complexo industrial para a produção de "clinker" e cimento, orçado em cerca de 200 milhões de dólares.

O projecto prevê igualmente a construção de infra-estruturas como instalações comerciais, pontecais para carga e descarga de produtos, centros de distribuição, central de energia eléctrica e central de tratamento de água. O investimento será executado num período de 24 meses. Os principais investidores do projecto "Palanca Cimento" são o grupo GEMA, SA (empresa angolana) e o consórcio americano BGGGA Group Ventures 1, LLP.

Ainda na reunião de ontem, o Conselho de Ministros, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP), autorizou a outorga do contrato de empreitada entre o Instituto de Estradas de Angola e a CCL Peninsular para a reabilitação das pontes localizadas nos itinerários Saurimo/Dala/Muconda/Luau (entre Lunda Sul e Moxico) e Quibalal Ponte sobre o rio Keve (Kwanza Sul). Este contrato de empreitada permitirá a reabilitação de 17 pontes que totalizam uma extensão de 874 metros, e que devem estar concluídas no prazo de 18 meses.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Um olhar sobre as próximas eleições gerais em Angola(I)

Folha8...03-03-07

Em 1992 realizaram-se as primeiras eleições gerais, em Angola, como sinal da denocada do sistema de partido Único, que vigorava desde a proclamação unilateral da independência, em 1975, pelo MPLA em Luanda.

Os cidadãos registados como eleitores decidiram pela primeira vez, depois de Angola se ter tornado independente, em sufrágio universal, a legitimação pela autoridade de um Governo representativo.

Desde aquela altura, os angolanos e a comunidade internacional conheceram vários ciclos de crise e ou de estabilidade, devido a recusa dos resultados eleitorais, por parte da UNITA, que trouxeram, de novo, a guerra, os acordos de Lusaka e finalmente o Memorando de Entendinlento do Luena, após a morte em combate de Jonas Savimbi. O momento mais alto desta caminhada foi a assinatura dos Acordos de Paz de 4 de Abril de 2002.

Para o eleitorado, ou seja, para a população com idade de exercer o direito de voto, as eleições devem ter objectivos claros, no sentido de os eleitos, poderem resolver problemas concretos como o Desemprego, a Habitação, o Saneamento económico e político, a Educação, a Saúde, a cooperação internacional justa e políticas de desenvolvimento rural, com um rigoroso e racional uso dos recursos nacionais.

Essas linhas programáticas devem ser a razão do sentido do voto do povo, na escolha dos seus novos representantes, sendo por isso, importante estudar, ao pormenor, de entre as várias propostas políticas de governação, aquela que pode garantir melhores vias para a resolução dos grandes e graves problemas, que assolam Angola. Infelizmente existe um problema fundamental em África e no mundo, quando o assunto se refere a materialização das promessas eleitorais. Os políticos depois de receberem o voto de confiança do povo, alcandorados no poder mudam o disco e começam a tocar outra música diferente. Falta neles a honestidade, a verticalidade e o cumprimento do programa eleitoral. Assim, muitas vezes, se esfuma, como num toque de mágica as boas intenções, a solidariedade social, o altruísmo, prometido durante as campanhas eleitorais, por parte dos candidatos, que chegados ao poder mandam às urtigas os compromissos, adiando a satisfação das necessidades básicas das populações.

Deste modo, os eleitores, com as experiências do passado e dos outros povos, não se podem deixar levar, na ladainha barata do caça voto dos partidos políticos, cuja função, diga-se em ahono da verdade, é convencer o povo a colocá-lo e legitimar o seu poder. Em 2007, início do século XXI bom seria que os vencedores dos pleitos eleitorais, tivessem noção de País e de Cidadania e materializassem os seus programas político-económico, recorrendo as inteligências fora do seu "Musseque partidário", procurando os melhores quadros e técnicos, ainda que de outras chapas partidárias, para emprestar as mais valias que o país tanto carece.

Assim poderemos dizer, que elegemos o programa e não o partido, tornando as suas propostas em algo consensual, pela mais valia que pretende dar a vida de cada cidadão, independentemente da sua raça, filiação partidária ou região de nascimento. Por outro lado, não será demais sublinhar, a existência de factores importantes a aclarar, principalmente aqueles que contextualizam um país etno-cultural.

A democracia é um processo contínuo, de constante interação, conhecimento mútuo, diálogo recíproco e uma busca interminável de consensos e coligações entre políticos e forças sociais.

Muitos dirigentes e esta é a natureza estrutural deste executivo e demais forças políticas, analisa o contexto territorial a partir das poltronas ou poucas imagens da TPA.

4.2 Político apela para o não adiamento do próximo pleito eleitoral

Angolense...10-03-07

A decisão do Conselho da República presidido pelo Presidente José Eduardo dos Santos, saída em 21 de Dezembro de 2006 na sua 24ª reunião de convocar as eleições legislativas para 2008 e as presidências para 2009, vem mais uma vez confirmar as suspeitas e denúncias quanto a vontade política do partido no poder não estar interessado que o povo manifeste o seu direito cívico através do voto, disse em declarações ao Angolense, o presidente da União Nacional Angolana - Partido da Terra, Luís Gonzaga Teca.

Para aquele político, o adiamento das eleições gerais desde 1996, ano em que terminou a primeira legislatura e em violação a lei constitucional, sem fundamento legal para a conservação do actual poder jurídico-político do Estado, apesar das emendas nela introduzidas, o país não poderá encontrar solução para a gritante crise social que agrava o sofrimento das populações, da crise económica e da resolução de facto do caso Cabinda. "Estamos diante de uma crise de

natureza política constitucional sem a sua resolução Angola não poderá encontrar solução para a crise social", disse o político. A agenda nacional de "consenso" apresentada pelo MPLA, de acordo com Luís Gonzaga Teca, demonstra a intenção deliberada de agravar ainda mais a deturpação da constituição, esquecendo-se que o poder e as eleições são periódicos: cinco anos para o presidente da República e quatro para o Parlamento.

Segundo aquele dirigente político, desde que se começou a falar de eleições já se passaram mais de catorze anos, tendo em atenção as primeiras eleições gerais, a margem das normas universais e democráticas. "Até há um tempo atrás a desculpa era a guerra", observou a fonte.

Em relação a isso, Teca socorreu-se da história para informar que o conflito angolano foi motivado pela forma como o país foi "descolonizado" e das opções políticas pós-coloniais que geraram antagonismos, despersonalização da pessoa humana e a sua alienação cultural. Mais adiante disse que, o recuso a violência e à força militar durante longos anos depois da independência é consequência do fracasso dos acordos de "Alvor" e da incapacidade do MPLA como partido no poder, em unir os angolanos independentemente da cor partidária, origem, raça ou religião.

Aquele líder político foi mais longe ao ter dito que neste momento o país vive um período de indefinição com instituições que carecem de legitimidade, o que significa segundo ele, que estamos perante uma crise constitucional porque o partido no poder entende que deve conduzir sozinho este período em desrespeito as regras jurídicas e democráticas. No seu entender, o parlamento está caduco e não representativo desde 1996, Governo ilegítimo e acusado de corrupção.

Continuando, chamou atenção a sociedade angolana e a comunidade internacional para o facto do ex-secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, na sua alocação de 6 de Junho de 2004, na reunião da União Africana ter declarado de forma frontal e crítica que "os governos africanos na sua maioria não devem continuar a manipular as suas constituições com o objectivo de se manter no poder".

4.3 Bispos católicos apelam a transparência

Folha8...10-03-07

Os bispos católicos angolanos apelaram a aos actores sociais, partidos políticos e especialmente ao governo que contribuam para a criação de um clima de confiança e respeito mútuos, para que as eleições decorram em paz e harmonia social.

Em conferência de imprensa no final da reunião anual

da Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé (CEAST), o padre José Manuel Imbamba afirmou que este apelo surge na sequência da constatação de que se registam actos de intolerância política em várias localidades do país. As eleições legislativas estão previstas para 2008 e as presidenciais para 2009 e são as segundas no país, depois do escrutínio de 1992, que ficou incompleto devido ao recomeço da guerra civil. Os bispos católicos chamaram ainda a atenção para o relançamento "lento" do país, nomeadamente a nível da economia, do comércio e do desenvolvimento em geral, persistindo ainda uma grande falta de emprego, elevado custo de vida e o aumento dos casos de VIH/SIDA, em especial nas zonas fronteiriças. "Face ao aumento da delinquência juvenil e à corrupção nas escolas, os participantes recomendaram que se encontrem mecanismos" para resolver estes problemas, lê-se no comunicado final da reunião da CEAST. Questionado sobre a expansão a todo o país do sinal da Emissora Católica de Angola, a Rádio Ecclesia, que ainda está restrita à capital, Luanda o bispo do Uíge, D. Francisco da Mata Mourisca, também presente na conferência de imprensa, afirmou que, até agora, não foram dados passos significativos.

"Infelizmente ainda não se deram passos que fossem mais longe no sentido de fazer chegar a difusão da Rádio Ecclesia a todas as nossas Dioceses", no entanto, o prelado ainda não perdeu a esperança, que tal possa vir a acontecer, em breve. Em 2003, o governo condenou a transmissão de programas da Ecclesia que dava voz aos críticos do executivo, mas em 2004 o próprio Presidente, José Eduardo dos Santos, afirmou que a rádio poderia operar em todo o país, o que ainda não acontece.

4.4 Continua em causa a credibilidade da CNE

Agora...17-03-07

A comissão Nacional Eleitoral (CNE) reuniu de 5 a 11 do corrente os seus quadros e técnicos num encontro que visou o reforço e troca de experiências dos quadros nacionais e provinciais das três áreas que compõe aquele órgão, nomeadamente, a direcção de organização, estatística eleitoral e tecnologias de informação; finanças e logística e a direcção de fonnação, educação cívica eleitoral e informação.

De acordo com fonte próxima daquela instituição, em momento algum foram passadas em revista questões que se prendem com a composição, natureza e competências da CNE, que, de algum tempo a esta parte, tem sido duramente criticada pela oposição. A oposição continua a considerar a CNE como sendo um órgão não equilibrado, parcial e sem autonomia, na

medida em que tem onze membros, sendo oito ligados ao MPLA e apenas quatro que não pertencem ao Partido no poder. Para a oposição, o sistema democrático deve se proteger do jogo de interesses políticos.

Por esta razão, diz ser necessário que Angola siga o exemplo de outros países democráticos que criaram órgãos eleitorais independentes destinados a organizar e fiscalizar os processos eleitorais. Tais órgãos não são constituídos a partir de representação política maioritária, “já que se o fossem a sua autoridade já nasceria comprometida com os interesses de uma parcialidade política como é o caso da CNE”, conforme revelou, recentemente, o presidente da UNITA, Isaiás Samakuva. Para o líder do Galo Negro, a CNE é controlada pelo Partido que controla o Governo e que vai também disputar as eleições. A CNE não revelou até agora as razões que estão na base da não participação dos partidos nas suas reuniões, conforme estabelece a lei. A verdade é que, até ao momento, aquele órgão ainda não criou as condições para que os partidos assistam às suas reuniões para acompanhar o seu funcionamento e o progresso dos seus trabalhos. A lei estabelece ainda que nenhum juiz da magistratura judicial deve exercer outra função senão a de docente. Mas o presidente daquele órgão, Caetano de Sousa, é também juiz e vire-presidente do Tribunal Supremo (TS) que é a entidade de recurso das decisões da CNE .

Quanto à Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), diz a oposição tratar-se também de um órgão não independente criado para preparar as condições técnicas e logísticas para as eleições, mas, após dois anos de funcionamento, a CNE ainda não tem instalações para funcionar em todo o país nem meios materiais para supervisionar com eficácia os actos de execução do registo eleitoral executados pela CIPE. No que toca à realização das eleições, propriamente ditas, a oposição defende que sejam marcadas, pelas autoridades competentes as datas vinculativas, já que existe apenas uma recomendação do Conselho da República, que não é vinculativa.

Devido às graves violações da lei, em Maio, Setembro e Dezembro de 2005 o Presidente Eduardo dos Santos e os deputados da bancada parlamentar da UNITA submeteram ao TS reclamações separadas sobre estas ilegalidades.

As questões submetidas pelo chefe de Estado foram decididas pelo TS em tempo útil e da sua decisão foi dado conhecimento público. As questões submetidas pelos deputados do grupo parlamentar do Galo Negro não foram tratadas com a mesma celeridade e não obstante a lei estabelecer 45 dias para o TS conhecer e decidir sobre tais acções, não é conhecida até ao momento a decisão final daquele órgão de justiça.

"As leis que governam as eleições violam a Lei Constitucional e o próprio Tribunal Supremo que as devia mandar conigir também viola a Constituição, afirmou um político da nossa praça.

4.5 Testemunhas dificultam registo eleitoral

Terra Angolana...17-03-07

No Kwanza Sul as autoridades tradicionais foram acusadas de estarem a cobrar dinheiro quando chamadas a testemunhar a identidade dos cidadãos que não documentos válidos.

A ocorrência dos casos possuem escritos remontam à 1ª fase do registo, havendo a assinalar cobranças de dinheiros aos cidadãos por Fernando Fecha, Soba do Bairro Certeza no Waku Kungo na 1ª fase do registo. No dia 14 de Fevereiro, o soba Abílio Soma do Sector 5 no Bairro da Bumba no Sumbe, incorreu nesta prática quando solicitado a prova testemunhal dos cidadãos Elisabeth Kunga, Fortuna Viana Domingos e Teresa Dias, cobrou 50.00Kz cada.

Os fiscais de acordo com a Lei, têm reclamado por escrito, embora sem êxito devido a conivência dos chefes de brigadas que se recusam a assinar tais reclamações.

Maria Sofia Monteiro disse ao Terra Angolana que fez 4 reclamações por escrito sobre as irregularidades do registo eleitoral, mas o chefe da brigada 60.202, Rafael Varela negou assinar tais reclamações.

"Não corresponde a verdade que tudo corre bem nas brigadas de registo, porque os fiscais não apresentam reclamações" afirmou a fiscal da UNITA no K. Sul e acresce as nossas reclamações nunca foram tidas nem achadas por quem deve colaborar na feitura das mesmas".

O registo eleitoral prevê nesta 2ª fase abranger 8 restantes Municípios da Província, estando a faltar por cobrir os Municípios de Mussende e Conda. Nesta 2ª fase foram já cadastrados mais 90 mil cidadãos eleitores.

4.6 Recolha de cartão de eleitores em malange atinge escolas e hospitais

Terra angolana...17-03-07

O Jornal terra angolana publicou, na sua penúltima edição, uma notícia relacionada com a recolha de cartões de eleitores, em alguns bairros da cidade de Malange. No artigo dizia-se que os sobas haviam acusado o Secretariado Provincial do MPLA de ter orientado a recolha de cartões dos cidadãos já registados, com a condição de serem devolvidos quando os cidadãos em causa ostentassem o cartão de membro do Partido no poder.

Ja não constitui novidade para a população local, tal informação, porque agora ji não são apenas os Sobas, mas também as direcções das escolas, hospitais e outras instituições do Estado que foram instadas pelo Vice-Governador de Malange, para Área Técnica, Durbalino de Carvalho a desencadear tal operação nos seus estabelecimentos. Nalgumas igrejas, embora com o mesmo objectivo, o procedimento ja é bem diferente: Os crentes são registados obrigatoriamente numa folha onde deixam o seu nome completo e o número do cartão de eleitor.

A situação motivou vários Partidos de Oposição representados na província da palanca negra, a denunciarem tal prática considerada cobarde e irresponsável pelo secretariado provincial do PRD, na pessoa do senhor Filipe Windua. Casos similares foram registados na província do Kwanza Norte e do Moxico.

4.7 Governo de Malange suspende brigadista

Terra angolana...17-03-07

Em Malange, os brigadistas para o registo eleitoral continuam a reclamar por melhores condições. A brigada número 10 por sinal a que mais números tem vindo a registar, reclamou na manhã do dia 12 de Março do ano em curso, junto da Comissão Executiva Provincial Eleitoral (CEPE), por melhores condições alimentares.

Segundo o Chefe da Brigada, Nelson Vunge, que reconheceu o esforço que a sua equipa tem empreendido, apesar das mas condições alimentares, disse ser inaceitável que os brigadistas consumam, frequentemente, peixe deteriorado. "até porque em nenhuma situação seríamos obrigados a consumi-lo", disse. Mas a reclamação não foi acolhida pelo Executivo Provincial, que sem meias medidas, suspendeu a referida brigada, segundo o Coordenador da CEPE, António Neves Canje, deverá ser movimentada para outra área de acção.

Os brigadistas queixam-se de problemas estomacais e alérgicos, resultante do consumo de arroz e peixe podres. A situação já foi notificada por várias vezes, às autoridades de direito, não havendo por enquanto qualquer resposta. Circulos afectos à sociedade civil da província, acham legítimas as reclamações levantadas pelos brigadistas, tendo em conta as promessas feitas pelo Ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, aquando da sua visita a Malange, em Novembro de 2006, e que até ao momento não foram cumpridas.

4.8 Seminário recomenda extensão da educação cívica as comunidades

Jornal de Angola...20-03-07

Os participantes do seminário de refrescamento de promotores sociais, em Benguela, defenderam a extensão de acções de educação cívica para o registo eleitoral às comunidades rurais da província, visando maior adesão dos cidadãos ao processo. A recomendação foi dirigida à organização não governamental "Development Workshop" organizadora do evento.

Aconselharam à ONG a introduzir temas de interesse social ao programa de educação cívica eleitoral, por forma a exercer, em pleno, a sua actividade de sensibilização e que estreitem a cooperação com todos os órgãos intervenientes no processo eleitoral. Os participantes consideraram necessário que os promotores criem um ambiente de convivência salutar no seio das comunidades, para fortalecer a interacção com as autoridades administrativas, religiosas e tradicionais.

Participaram no seminário 23 promotores dos municípios de Benguela, Lobito, Baía Farta, Caimbambo, Chongoroi, Ganda, Bocoio, Balombo, que abordaram temas sobre educação cívica para o registo eleitoral, gestão e resolução de conflitos, intolerância política e participação do cidadão na vida pública.

Entretanto, o assistente do programa de educação cívica eleitoral da Development Workshop para a região Sul, José Broa, que orientou os trabalhos, disse que tal projecto contribuirá para o fortalecimento das acções do Governo, no âmbito do processo de preparação das eleições em Angola. Esta ONG tem trabalhado na sensibilização de cidadãos em locais de grande concentração populacional como igrejas, campos de futebol, escolas, mercados e autocarros, distribuindo cartilhas sobre o registo eleitoral, assim como realiza programas radiofónicos e sessões teatrais.

4.9 Mulheres do Uije aplaudem dia especial para o seu registo

Jornal de Angola...20-03-07

Várias mulheres no Uije manifestaram sua satisfação pelo facto da Comissão Inter-ministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) ter constituído postos para o registo exclusivo de mulheres. Falando à nossa reportagem, a estudante universitária

Carmem Paca não escondeu o seu contentamento pela iniciativa da CIPE pelo facto de ter reservado, neste mês de Março, um dia especial para as mulheres poderem fazer o seu cadastramento. “Foi graças a esta iniciativa que eu consegui me registar muito facilmente. Eu tinha muitas dificuldades em ficar muito tempo num posto de registo, por causa dos afazeres de casa e sobretudo, por causa da escola”, sublinhou, acrescentado que, “com este programa de registo para mulheres, aos sábados, tal como eu, muitas mulheres conseguirão também registar-se muito facilmente”.

“As mulheres devem aderir em massa aos postos de registo, sobretudo neste nosso mês”, apelou. Rita António registou-se no sábado, 17, e disse que não precisou de envolver-se em confusões para poder obter o cartão de eleitor.

“Só precisei de um bocadinho de paciência até quando chegou a minha vez”.

4.10 Sensibilização eleitoral em alta

Cruzeiro do sul...24-03-07

A sensibilização dos cidadãos para o registo eleitoral tem estado em evidência na mídia, nos últimos dias. Isto resulta, grandemente, do reforço verificado nas acções da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) e dos seus parceiros, nomeadamente os meios de comunicação social, as organizações da sociedade civil e o sector empresarial.

Depois de inúmeras reclamações, que denunciavam falta de informação sobre o registo eleitoral, os meios de comunicação social começaram, há bem pouco tempo, a divulgar anúncios e conteúdos publicitários sobre o processo. Figuras de peso do mundo do desporto, da política, músicos, entre outros, têm erguido a voz incentivando os cidadãos a registarem-se. Por exemplo, o projecto designado Teatro Ambulante, com Sidónio e Lembinha, integrantes do grupo teatral Julo tem contribuído imenso na sensibilização da população. A Televisão Pública de Angola (TPA), também. Recentemente, este canal, através da série cómica "Conversas no Quintal" abordou a inscrição eleitoral, realçando a sua importância e os passos que os cidadãos devem seguir até conseguirem obter o cartão de eleitor. A Rede Eleitoral Angola está a levar a cabo uma campanha que visa informar as pessoas sobre a localização das brigadas de Registo Eleitoral na cidade de Luanda. Esta acção conta com a parceria da CIPE e o apoio da Associação dos Taxistas de Luanda. A campanha consiste na distribuição aos cidadãos de folhetos com indicações precisas da localização.

Do sector empresarial privado, A Casa Blanca

prometeu oferecer ingressos aos primeiros dois mil e quinhentos cidadãos registados que chegarem ao Estádio Nacional da Cidadela, para assistir ao jogo de futebol entre as selecções de honra de Angola e da Eritreia.

4.11 Ignorância apontada como causa principal das violações dos direitos humanos

Angop...26-03-07

A falta de conhecimento das leis vigentes no país, o excesso de bebidas alcoólicas e estupefacientes foram apontados pelo delegado da Justiça no Bié, Sabino Wassi, como as principais causas dos casos de violações dos direitos humanos registados na província. Falando hoje à Angop devido a alguns casos de violações registados em diversas comunidades da província, Sabino Wassi salientou que para conter situações futuras, a sua instituição pretende realizar, no segundo trimestre deste ano, ciclos de palestras de sensibilização sobre os direitos e deveres dos cidadãos. As palestras, acrescentou, serão extensivas as autoridades tradicionais e entidades religiosas, pelo facto de serem as figuras que exercem um papel preponderante em determinadas comunidades. Segundo Sabino Wassi, comparando com anos anteriores o número de violações subiu consideradamente, sem contudo adiantar pormenores.

4.12 Registo eleitoral abrange toda província

Angop...26-03-07

O registo eleitoral estendeu-se a toda extensão da província do Zaire com a entrada em funcionamento, no último fim-de-semana, de quatro brigadas nos municípios do Nóque e Tomboco.

A informação consta de uma nota da Comissão Executiva Provincial para o Processo Eleitoral chegada hoje à Angop, na qual refere-se que o Zaire tem já catorze brigadas.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Livros para a sexta classe vão ser distriuidos na escola

Jornal de Angola...16-03-07

Os livros do sistema obrigatório até à sexta classe passarão, a partir do próximo ano, à ser entregues às escolas, ou seja, a sua distribuição será feita ao aluno na sala de aula. A informação foi prestada ontem pelo ministro da Educação, António Burity da Silva, no final de um encontro entre o seu sector e os deputados integrantes da Sexta Comissão da Assembleia Nacional. Na sua fundamentação, Burity da Silva adiantou que esta será a solução que vai permitir que "o aluno que tem direito ao ensino gratuito receba efectivamente o livro".

No encontro, que durou três horas, realizado na "casa das leis", o ministro reconheceu que será um regresso ao sistema que vigorou nos anos 80 e que causou, na altura, transtornos iguais aos de hoje, de que os manuais são desviados do circuito oficial de distribuição para a revenda a preço exorbitante.

O ministro Burity tem consciência de que a produção de livros escolares é insuficiente para acudir à demanda nacional, é de opinião que, se houvesse uma rede de livraria em todo o país, o sistema seria diferente pois a distribuição seria feita por estas. Porém, concluiu, "não há livrarias nas províncias"

Considerou por outro lado, como sendo este um problema complexo. Em Luanda, há apenas seis livrarias, que adquirem os manuais a grosso da Edimel (distribuidora) e, por seu turno, os despacham às zungueira que pelas ruas despacham a um preço muito aquém do oficial

As duas partes, Ministério da Educação, chefiada pelo seu ministro Burity da Silva, e à Sexta Comissão, que atende "a Educação, Ciência, Cultura e Comunicação social liderada pela deputada Cândida Narciso concordaram ser urgente a congregação de esforços no sentido de se evitar que os livros de ensino de base, de distribuição gratuita, deixem de ser vendidos nas ruas.

Cândida Narciso disse ter saído satisfeita da reunião para o esclarecimento da actual política de produção e distribuição de livros. Apelou para que se reforce a indústria gráfica no país, que se melhore o circuito de distribuição do livro, para que chegue aos lugares mais recônditos do país, e os professores em localidades distantes da capital deixem de fotocopia-los para leccionar.

5.2 Lepi tem mais de mil alunos fora do sistema de ensino

Jornal de Angola...19-03-07

O sector da Educação na comuna do Lepi (48 quilómetros a Oeste da cidade do Huambo) regista no presente ano lectivo uma insuficiência de professores para a cobertura de mais de mil 490 alunos, que, devido a isso, estão do sistema normal de ensino. A situação preocupa a administração local. A administradora da comuna do Lepi, Alice Guilherme Pereira, revelou que o sector da Educação beneficiou apenas de oito novos professores, que vão leccionar, no primeiro ciclo de escolaridade, contra os 20 que são necessários na sua área de jurisdição. Alice Guilherme Pereira acrescentou que o Sector da Educação na comuna do Lepi tem 94 professores que vão ministrar aulas a quatro mil e 500 alunos matriculados no presente ano lectivo. A administradora do Lepi revelou ainda que a comuna possui apenas 30 salas de aula e 50 por cento dos alunos matriculados estudam em lugares improvisados, situação que dificulta a assimilação da matéria, por parte de crianças que entram pela primeira vez no sistema de ensino.

5.3 A socialização das crianças e a media

Jornal de Angola...19-03-07

"Novelas influenciam comportamento das crianças".

Assim titula o Jornal de Angola, em primeira página, na sua edição de 26 de Agosto de 2006, em alusão ao conteúdo de uma intervenção do senhor ministro da educação de Angola, António Burity da Silva. Taxativamente, o ministro da educação explicita que "as influências externas tais como as novelas e filmes que incentivam a violência, reflectem-se negativamente no comportamento das crianças, adolescentes e jovens".

Uma análise cuidada, com relação aos mecanismos que consubstanciam o processo de afirmação dos medias, um pouco por toda a parte, dos países mais desenvolvidos aos em vias de desenvolvimento, não nos deixa outra saída senão concordar com o ponto de vista de muitos e renomados entendidos na matéria e que atribuem aos medias um papel decisivo no pernicioso processo de desintegração da identidade colectiva que conferia uma ordem identitária e coerente das nossas sociedades.

A triologia violência-sexo-publicidade, que condensa os campos acerca dos quais se exprime a maioria das objecções mais comuns à televisão e/ou a respectiva programação, apresenta grau de consenso social

variável de época para época, de sociedade para sociedade e, no interior de cada sistema, o tema da violência parece ser actualmente o que reúne maior denominador comum de preocupações, pelo menos daquelas que se expressam publicamente. A proliferação dos canais de televisão generalistas e temáticas difundidas via satélite e acessíveis, quer directamente pelo consumidor quer através das antenas parabólicas, resultam na exponenciação dos termos de degradação global da qualidade do audiovisual explanados na tendência para a espectacularização da informação, o reforço da lógica do entretenimento, a relegação de programas de cunho assumidamente educativos e formativos para horários marginais e na submissão crescente das estações à lógica do mercado. Como chave fundamental das principais orientações e decisões estratégicas opta-se por esquemas que tendem a considerar o indivíduo/destinatário mais como consumidor do que como cidadão. (vide incidências da publicitação dos jogos da raspadinha, publicidade do D. Cacho, dos spots de incitamento a apetência voraz de bens materiais, apologia a luxúria, ao bem estar sem esforço, raspadinhas da sorte)

Estamos, pois, perante um ponto de viragem já não restam dúvidas que a importância de estabelecer uma relação peremptória entre a televisão e a violência só é comparável ao momento em que se provou um paralelo entre o tabaco e o cancro. Não é por acaso, pois, que associações prestigiadas do ramo médico e psiquiátrico insistem em deixar claro que a violência apreendida através dos esquemas de entretenimento gizados a partir de centros de produção audiovisual situados em várias latitudes do globo influenciam de forma directa os comportamentos dos nossos filhos. E mais, com a tendência de serem exponenciados os aspectos relacionados com a violência, com a degradação cívica e moral. A asserção acima enunciada tem razão de ser pois as certezas sobre o grau de influência da televisão, dos vídeos, da música, dos filmes e de muitos aportes que conformam os conteúdos do que chega ao nosso alcance via Internet são assinaláveis. As conclusões da comunidade de saúde pública, baseadas em mais de 40 anos de pesquisas, aferem que consumir conteúdos violentos aumenta a agressividade nas atitudes, valores e comportamentos na medida em que o consumo prolongado de imagens violentas pode gerar distanciamento emocional em relação à violência no mundo real.

5.4 A criança e a violência

Jornal de Angola...20-03-07

As crianças que estão expostas a muita violência na mídia têm tendência a ver a violência como um meio efectivo de resolver conflitos e a achar que gestos violentos configuram um comportamento aceitável

Para além do alheamento emocional em relação à violência real as crianças que consomem muita violência na televisão, por exemplo, têm muito menos probabilidade de agir a favor da vítima de um acto violento, daí que seja normal, verem-se cenas de pugilato nas nossas ruas sem que ninguém se digne em esboçar qualquer iniciativa que impeça a progressão da sua intensidade... com todas as consequências que daí podem advir, chegando-se mesmo, em casos extremos a resultar em perdas de vida perante uma assistência impávida e serena de uma "pia teia" habituada a ressarcir as suas carências afectivo - emocionais através do culto da violência.

Segundo Neil Postdam, professor de Ecologia dos Media, na Universidade de Nova York "observa-se nos nossos dias uma diluição das fronteiras entre adultos e crianças, expressa nomeadamente no vestuário, nos jogos, nos comportamentos sociais, no tipo de crimes e na linguagem, precisamente os campos em que, na idade média do ouro da infância, no período compreendido entre 1850 e 1950, mais se demarcavam as barreiras entre os dois mundos. Ao mesmo tempo, verifica-se o aparecimento daquilo a que o autor chama "adulto-criança", um crescido cujas capacidades intelectuais e emocionais se encontram por realizar e não são significativamente distintas das que são associadas às crianças.

Este eclipse da infância atribui-o Postman ao ambiente criado pelos meios de comunicação electrónicos, cujos "Origens, remontam à invenção do telégrafo e eléctrico de Morse. Esses meios, ao anularem a ligação historicamente existente entre transporte e e comunicação eliminaram, a de uma assentada, as noções p de tempo e de espaço enquanto dimensões da comunicação humana. A difusão do cinema, da rádio, do telefone e da TV representam, na sua perspectiva, um poderoso assalto à linguagem e à literacia e um repovoamento do mundo do pensamento com base em imagens e ícones difundidos à velocidade da luz. O crescimento astronómico do volume de informação e da respectiva acessibilidade implicaram, pois, nomeadamente com a televisão, o fim da possibilidade do respectivo controlo e gestão, quer na família quer na escola, e, com ela, a liquidação da linha divisória entre a infância e vida adulta. A noção de aprendizagem, de gradualidade nas descobertas dos segredos da vida, o conceito de pudor, de mistério e iniciação, bem como o

esforço na procura de respostas às questões do mundo e da vida - tudo isso desaparece no novo cenário as portas escancaradas proporcionado pela televisão e, em geral, pelos meios electrónicos. Além disso, não só as crianças são frequentemente retratadas como adultos em miniaturas como, sobretudo, os adultos são insistentemente infantilizados ou "juvenilizados". (vide Lições do menino Tonecas (RTP); Zorra Total (Globo); Conversas no Quintal (TPA).

Convergente com a ideia de Postman apresenta-se a de outro norte-americano, Joshua Meyrowitz que defende que "mais do que determinados conteúdos específicos, é a TV enquanto meio de comunicação que se afigura com capacidade de vencer eventualmente os filtros estabelecidos pelos pais (e por outros adultos) deixando a família de ser uma influência decisiva".

Daqui decorre que não existe aquilo a que designamos "televisão para crianças", uma vez que, ao contrário do que se passava com os livros, elas são capazes de ver e acompanhar à sua maneira programas pensados e difundidos para os crescidos. Mais ainda através da exposição à TV, as crianças vão adquirindo referências para avaliar e comparar os hábitos, comportamentos e crenças da sua família e dos adultos em geral.

"O que é revolucionário na televisão não é tanto o facto de estar a fazer "mentes adultas", mas antes o facto de permitir a crianças muito pequenas estarem simbolicamente presentes nas interações dos adultos.

A comparação entre o apagamento da infância que se verifica actualmente e a situação existente nos finais da idade média, em que as crianças eram representadas como adultas ou em miniatura, constitui igualmente a essência da tese avançada por uma especialista norte-americana. Marie Winn, em 1977 já havia destacado a TV, considerando-a "uma droga" ministrada às crianças. Ou seja, a TV vem introduzir um manifesto que advoga a que a ideia de infância está em vias de extinção.

Dentre os factores que para isso terão contribuído, o destaque vai para a agitação dos anos 60 e 70, a revolução sexual, os movimentos feministas, o crescimento dos índices de divórcios e das famílias com uma única figura paternal, para além da deterioração da situação económica e da entrada da mulher no mercado do trabalho.

Mas, é à TV que cabe, para Marie Winn, grande parte da responsabilidade nomeadamente devido ao facto de contribuir para o reforço do sentimento dos pais de que não têm mais capacidade de controlo sobre os filhos, no que diz respeito ao acesso à vida adulta.

5.5 Novas escolas permitem ingresso de cinco mil alunos no Kwanza Norte

Angop...20-03-07

Cinco mil alunos foram inseridos no sistema de ensino, este ano lectivo, na província do Kwanza Norte, com a construção de mais quatro escolas, sendo duas do ensino primário e igual número secundárias, aumentando o universo estudantil para 100 mil. De acordo com o delegado provincial da Educação, Venâncio Manuel da Silva, em 2006 estavam no sistema 95 mil e, este ano, com a construção de instituições de ensino nos municípios de Ngonguemo, Bolongongo, Samba Caju e Golungo Alto, elevou-se o número de crianças.

Referiu que estas escolas vêm resolver um grande problema que a província vivia, dado que muitas crianças recebiam aulas em locais inadequados, sendo por isso uma grande viragem no que diz respeito a acomodação das crianças.

Das infra-estruturas erguidas, duas comportam seis salas, enquanto as restantes apresentam três cada, que vão acolher os alunos em melhores condições, assim como os professores.

Na província do Kwanza Norte existem 400 escolas de todos os níveis e dois mil 800 professores que asseguram esta actividade, número insuficiente, de acordo com o delegado provincial da Educação, visto que cada ano que passa o universo de estudantes aumenta.

Para inverter o quadro, adiantou que vão admitir mais docentes através de concurso público, para o melhoramento do sistema da educação na região. A província do Kwanza Norte tem uma extensão de 24 mil e 110 quilómetros quadrados, com uma população é estimada em 400 mil habitantes, fazendo parte desta os municípios de Ambaca, Samba Caju, Lucala, Bolongongo, Quiculungo, Banga, Cazengo, Golungo Alto, Ngonguemo e Cambambe.

5.6 Faculdade de direito da UAN inicia pós-graduação em petróleo e gás

Jornal de Angola...20-03-07

Um curso de pós-graduação em direito de petróleo e gás será ministrado, a partir do próximo mês, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (UAN).

O curso, que é novidade no país, de acordo com o decano da Faculdade de Direito, Octávio Serra Van-Dúnem, é iniciativa da instituição para promover a

formação jurídica integral na área de petróleo e gás, com vista a criar um corpo qualificado de juristas, que sirva adequadamente os interesses da sociedade, do Estado e da indústria petrolífera. "O nosso país é produtor de petróleo. Por isso, faz todo o sentido que aspectos jurídico-legais desse sector sejam estudados por especialistas nacionais", disse. A acção formativa, com duração de dez meses, é direccionada aos profissionais de direito. Os candidatos sem formação jurídica poderão frequentar o curso, excepcionalmente, desde que se comprove a sua experiência ligada ao sector petrolífero. Apesar destes requisitos, ao Comité Académico do curso está reservado o direito de aceitação ou não dessas candidaturas.

Cerca de 70 candidatos já procederam à sua inscrição, segundo o decano da Faculdade de Direito. Porém, o número previsto de participantes é de 40, razão pela qual o Comité Académico vai fazer uma selecção com base nos curriculums apresentados e, na fase seguinte, por meio de entrevistas. No plano curricular do curso de pós-graduação em direito de petróleo e gás constam quatro disciplinas, nomeadamente, inglês técnico, redacção jurídica, comercial e de contratos, e orientação para o trabalho final, também considerada uma disciplina, e um conjunto de módulos. Os temas dos módulos referem-se à indústria de petróleo e gás e ao direito angolano sobre a matéria, ética e responsabilidade social, aquisição de direitos de petróleo, do ambiente e do tributário aplicado aos aspectos jurídicos de exploração e produção, bem como direito comparado. Integram, igualmente, o plano do curso, os módulos sobre contratos de construção e de serviços petrolíferos, negociação e resolução de conflitos, mediação e arbitragem internacional aspectos jurídicos de transporte, refinaria e distribuição direito societário do trabalho e financiamento internacional de projectos. Octávio Serra Van-Dúnen disse ainda que o Conselho Científico da Faculdade de Direito está empenhado na aquisição de bibliografia da especialidade, bem como na preparação do material de apoio.

O corpo docente está, segundo o interlocutor, constituído não só de professores estrangeiros de universidades dos Estados Unidos da América, Brasil, Inglaterra e França, como também de nacionais de reconhecida competência. "Pretendemos dar uma qualidade de excelência a este curso e, por isso, com a ajuda de outras universidades, vamos trazer especialistas que têm valor acrescentado". Realçou, por outro lado, que o curso, de carácter pós-laboral, está a ser apoiado pela empresa petrolífera BP Angola.

No final da formação, os estudantes com melhor

desempenho serão premiados com uma bolsa de estudo para estágio, numa empresa petrolífera ou num escritório de advocacia, no interior ou exterior do país. Além disso, os melhores trabalhos de final de curso deverão ser publicados na revista científica sobre petróleo e gás, a ser lançada pela Faculdade de Direito.

5.7 Membros da ONG visitam crianças do Lar Kuzola

Angop...22-03-07

Membros da ong Development Workshop e um grupo de estudantes universitários visitam sábado o orfanato "Lar Kuzola", para os sensibilizar sobre a necessidade de criarem a cultura de filantropia.

A visita realiza-se no quadro do programa "Estágios Comunitários" para estudantes universitários, financiado pela Esso Exploration Angola, que se realiza anualmente entre Janeiro e Abril. O programa resulta de uma parceria entre as instituições de ensino superior, ongs e comunidades, segundo uma nota da organização. Os estudantes participam durante dois meses em trabalhos sociais, junto das comunidades nos domínios da saúde, HIV e Sida, água e saneamento, educação, construção de latrinas, micro-crédito, pesquisa e advocacia social. No âmbito do programa os estudantes aprendem também sobre reforço de capacidade a nível local e outros programas, no âmbito da Luta contra a Pobreza

5.8 Governo aprova registo gratuito da primeira infância

Angop...23-03-07

O Conselho de Ministros aprovou hoje, em Luanda, o decreto sobre o registo gratuito de nascimento e óbito para a primeira infância, numa sessão orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que ainda decorre.

Aprovou também a criação das universidades privadas de Belas, Gregório Semedo, da Escola Superior Agrária do Kwanza Sul e do Instituto Superior Técnico de Angola.

O órgão colegial do governo julgou igualmente apto o contrato de empreitada para a reabilitação das pontes dos itinerários Saurimo/Dala/Mukanda/Luau/Quiba, região leste do país.

Uma directiva sobre o 04 de Abril, dia da paz e reconciliação nacional, foi ainda aprovada pelo Conselho de Ministros.

5.9 Lei de criação de universidades está ultrapassada

Jornal de Angola...26-03-07

Criada em Janeiro do ano corrente com o intuito de acolher todas as preocupações referentes ao ensino superior - até então coordenadas por uma direcção afecta ao Ministério da Educação - a Secretaria de Estado para o Ensino superior pretende reunir os serviços necessários para avaliar, supervisionar e inspecionar permanentemente as universidades, rumo à expansão e ao desenvolvimento do ensino superior em Angola. Adão do Nascimento, o secretário de Estado para o Ensino Superior, traz a radiografia da situação actual do ensino superior no país.

Legislação actual vigente no país, referente à criação e funcionamento de novas instituições do ensino superior, está ultrapassada. A opinião é do secretário de Estado para o Ensino Superior, Adão do Nascimento.

De acordo com aquele responsável que falava ao "JA", sobre o surgimento de inúmeros pedidos de abertura de instituições de ensino superior que o órgão que dirige vem recebendo - as exigências que constam da legislação actual são muito frágeis para sustentar o nível mais elevado de requisitos que permitem a criação de Urna instituição de ensino superior. "Basta ver que, se facilmente podem ser cumpridas as exigências actuais por várias entidades, é porque estas exigências estão muito aquém daquilo que pode ser considerado rigoroso e que possa requerer um maior esforço em termos de organização da formação e prestação dos serviços", ajuizou.

Adão do Nascimento acrescenta que o facto de essas imposições serem fáceis de se cumprir, permite que hoje quase toda a gente possa facilmente criar uma instituição de ensino. "Ora, se assim é, é de todo o interesse elevar um pouco o nível de exigências. E é isso que vamos fazer".

Tendo constatado tal situação, refere, o sector a que está vinculado fez, em Dezembro último, um diagnóstico ao ensino superior, que culminou com a aprovação, por parte do Governo de Angola, de um novo quadro de desenvolvimento do ensino superior no país. "Temos um plano ambicioso que prevê acções de envérgadura até ao triénio 2012/2015".

Tâl plano, fez saber, prevê a revisão de toda a legislação vigente sobre o ensino superior em Angola. "E vamos prestar uma atenção muito especial a todas as normas, a toda a legislação referente à criação de instituições do ensino superior", salientou.

5.10 Angola apresenta projecto "radio criança para criança"

Jornal de Angola...27-03-07

O oficial de comunicação de programas do Unicef Angola, José Paulo Araújo, falou ontem de manhã na plenária da mini-cimeira infantil sobre a experiência angolana de rádio de criança para criança, implementada no quadro do projecto global da rede de comunicadores adolescentes do Brasil e de Angola. O segundo dia da Cimeira Mundial sobre Media para Crianças abordou o tema da construção da paz, ao colocar a seguinte questão: "Será que a globalização permite a integração das nações e, ao fazê-lo, quebra as barreiras existentes entre elas?" Pois foi dentro deste subtema que José Araújo divulgou um vídeo sobre as duas nações irmãs, para procurar responder à questão sobre como podem as crianças ser parte da globalização.

A rede de comunicadores adolescentes abrange também Moçambique e pretende ser um elo de ligação entre os países de Língua Portuguesa. O vídeo do Unicef apresentou imagens do programa "Submarino Amarelo", do Brasil, e "Caminhos Cruzados", este sobre a educação sobre o perigo das minas, da RNA-Uíje.

O pensamento que centralizou os debates constatou que os meios de comunicação produzem programas que informam, educam e recreiam; mas será que a produção de guerra se tornou uma realidade no conteúdo das séries televisivas de entretenimento para crianças? Então, como produzir programas que encorajem a paz e não a guerra? As crianças e adolescentes reuniram-se em pequenos grupos de trabalho, para melhor abordar a globalização e a eliminação dos obstáculos entre as nações. Como ajudar a juventude mundial na comunicação via internet? Existe equilíbrio na troca de informação mundial?

Ciciolania Marques, da emissora provincial da RNA no Cunene, ajuizou à nossa reportagem que o sinal de rádio ainda não chega a todos os municípios da província, por isso a estação pública de rádio está a trabalhar no sentido de expandir o seu sinal a todos os recantos daquela região, com a instalação de antenas municipais ou rádios-móveis. Assim, todas as crianças do Cunene poderão apreciar o Cunene Piô e ser parte da globalização, utilizando o mais poderoso meio de comunicação que Angola detém. Para Sónia António, às vezes, as opiniões das crianças são mais fortes que as dos adultos. As crianças têm mais sensibilidade. Por isso, é urgente aumentar a participação delas na televisão.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Casa Militar "engaiola" moradores

Folha8...03-03-07

Uma guerra sem quartel, é a que os moradores da zona dos Mulenvos de Baixo, sector 5, município de Cacucaco, pretendem desencadear contra a Administração Municipal, na tentativa de verem resolvida uma questão que os aflige desde o pretérito dia 16 de Janeiro do ano em curso, quando foram surpreendidos por uma equipa de trabalhadores expatriados, chineses, afecto ao Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), com máquinas e tractores, acompanhada com efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), da Casa Militar, sem dar cavaco a ninguém, começaram por vedar com arame farpado um extenso espaço onde os referidos moradores estão a erguer as suas casas, três anos depois de lhes terem sido autorizados superiormente pelas autoridades, ao tempo, Agostinho Miguel de Lima, administrador Municipal.

As agruras por que estão a passar alguns moradores da referida área que já habitam nas suas casas mesmo ainda por acabar, e alguns possesores de terrenos na ânsia de construir as suas, e outros empreendimentos ahns, protagonizados por chineses e militares das FM, podem ser interpretadas como um autêntico neocolonialismo, a julgar pelo vexame e sevícias a que estão sendo submetidos, segundo denunciaram os lesados à reportagem do Folha8 no dia 20.02, no local. O céu desenhava chuva, quando o repórter chegou ao local do "crime" depois de ter consumido 50 minutos de percurso, ao volante de uma Toyota Starlet, suportando buracos, valas e lombas no espaço entre o mercado do Kikolo até ao não menos famoso bairro Paraíso, que de paraíso só tem o nome, de resto é um autêntico inferno, traduzido na falta da água, luz, saneamento básico e pelo crescente número de actos de delinquência que se registam quase que diariamente, segundo informações das autoridades policiais.

A escassos metros do portão principal, o único, que dá acesso ao perímetro vedado, sou travado por um grupinho de jovens que aparentavam estar na casa dos 20 anos de idade, que extraíam burgau e areia para comercializar. "Chefe pára!". Obedeço o pedido dos rapazes, que depois de me alertarem sobre o perigo que representava caso eu tivesse entrado com a viatura, um deles, Zezinho, serve de meu cicerone de ocasião. Já o sol raiava e o meu relógio marcava 8 horas e 23

minutos, quando conseguimos entrar depois de eu ter desembolsado a módica quantia de 500 Kwanzas a um tal soldado da Casa Militar, trajado à paisana, a seu pedido, que se encontrava próximo da portatia.

Obedecendo a tramitação, sei lá de que será?, da taxa de portagem ou não, já no interior, e na condição de falsos possesores de terrenos, pudemos constatar "in loco" a realidade das denúncias de populares que chegaram uma semana antes, à nossa redacção. Obras embargadas alegadamente sob ordens superiores, envolto num capim verdejante, escavações a céu aberto que servitiam para tanques de água, matetial de construção abandonado e outro a ser subtraído pelos próprios militares, segundo acusações de alguns entrevistados, fazem parte de todo um cenário, cujos proprietários, ouvidos pela reportagem do Folha8, mostraram-se encolerizados com a atitude do desconhecido mandante deste embargo.

6.2 Registo de casas feito por "cunha"

Angolense...10-03-07

No município do Kilamba Xiáxi, propriamente no bairro do Anangola, o registo das casas dos moradores que perderam o abrigo fruto das chuvas está a ser efectuado apenas para aqueles que "têm padrinho na cozinha" ou que aceitem corromper aos responsáveis pelo trabalho

Grande parte dos moradores foram obrigados a abandonar as casas, pois há dois meses tudo o que tinham ficou submerso fruto das fortes chuvas que se abateram sobre a cidade. O que antes eram quintais hoje transformou-se em lixeira, onde se destacam os bens que ficaram inutilizados. Helena Sousa, de 56 anos, é uma moradora antiga desta zona. Perdeu tudo o que tinha. Uma casa de dois quartos, sala, cozinha, quarto de banho, um quintal vasto e alguns electrodomésticos.

O que mais abala a idosa não é o facto de ter perdido os bens, mas sim a forma como o drama destas famílias está a ser encarado. A sua insatisfação deriva do comportamento de alguns funcionários do Governo Provincial de Luanda (GPL) que se deslocaram ao bairro para fazer o registo das casas mais afectadas.

Segundo apurámos o trabalho começou na segunda semana do mês passado e foi efectuado por um grupo considerável de homens do Governo Provincial, bem como da administração municipal. "Mas a maior parte das casas não foi registada", denunciou.

Mais adiante acrescentou que os responsáveis chegaram a pedir-lhe almoço e gasosa para registar a sua habitação "Como o bairro estava cheio de água exigiram que os levássemos às costas para passarem,

caso a pessoa se negasse a fazer isto, não registavam a casa", realçou.

Visto que o nível de vida daquela zona é bastante baixo, grande parte ficou sem o registo por falta do dinheiro para pagar a famosa gasosa.

"Posso afirmar que mais de 50 casas não foram registadas, porque eles são ambiciosos e querem tudo", desabafou.

Dona Helena lembra ainda que naquele dia quando decidiram partir, os homens da administração prometeram voltar numa segunda fase, mas até hoje ninguém os viu por aquelas paragens. "Não sabemos quando chegará a nossa vez, tive de refugiar-me em casa de familiares com os meus filhos", reclamou, tendo acrescentado que o sucedido é um desrespeito aos direitos dos cidadãos".

Diante dos factos narrados, os moradores temem pela burla que normalmente ocorre nesses casos. Mais uma vez volta a baila a questão em torno do destino dado aos dez milhões de dólares que foram destinados pelo Estado para acudir as vítimas das enxurradas.

6.3 Responsavel do sector apela ao registo de imoveis no Huambo

Jornal de Angola...15-03-07

O conservador do registo predial, comercial e automóveis na província do Huambo António Cruz da Fonseca, considerou, ontem, fraca a aderência de cidadãos à legalização dos seus imóveis, situação que contribui para o aumento de conflitos.

O responsável admitiu também haver pouca informação sobre a importância do sector de registo de imóveis. O cidadão depois de comprar ao estado um determinado imóvel deve imediatamente dirigir-se ao registo predial para legalizá-lo e obter juridicamente, o direito de propriedade". explicou.

Desta forma, prosseguiu o conservador, evitam-se muitos problemas, no caso de ser vendida a uma segunda pessoa a mesma infra-estrutura. Em 2006, o sector do Registo Predial procedeu, na área do registo comercial, a matrícula de 62 constituições de sociedades, além de outras sociedades individuais e de hipotecas de imóveis.

Para o registo de automóveis, cuja actividade no Huambo está condicionada à reactivação dos serviços alfandegários, paralisados há mais de 14 anos, a conservatória local enviou para as diversas províncias do país 480 processos para serem registados. As diversas actividades realizadas nos domínios do registo predial, comercial automóvel permitiu a arrecadação para os cofres do Estado, no ano passado, de cerca de 27 milhões 352 mil e 419 kwanzas. O conservador lamentou por outro lado, a insuficiência de técnicos

para assegurar o funcionamento do sector que, neste momento, conta com apenas cinco funcionários, para um quadro de pessoal que prevê 17 empregados.

À falta de transportes e óufros equipamentos para a melhoria da dinâmica do trabalho e da qualidade da prestação de serviço ao diénte foram, entre outras, as dificuldades apontadas pelo conservador.

No ano transacto, o sector do Registo Predial, Comercial e Automóveis no Huambo registou 156 imóveis.

6.4 Política de terras: expropriação e redistribuição

Jornal de Angola...21-03-07

A Republica da Namíbia assinala hoje mais um aniversario da sua Independência, o 17º, num momento em que o país trilha firmemente a rota do progresso e desenvolvimento. Dezassete anos de liberdade serviram para que o povo namibiano ganhasse maturidade. O Governo e o povo namibianos têm pautado por uma conduta política irrepreensível, o que lhes tem valido elogios de importantes personalidades do mundo inteiro. Nas linhas que se seguem, o embaixador extraordinário plenipotenciário da Namíbia em Angola, Lineekela J. Mboti, faz um rescaldo das relações entre os dois países e perspectiva melhores dias para as suas gentes e para a região em que estão inseridos.

JA - Gostaríamos de saber como decorre o processo de redistribuição de terra a favor da maioria negra?

LJM - O problema de terras na Namíbia é deveras uma questão séria. A luta de libertação nacional foi motivada, em parte, porque haviã esta injustiça. Infelizmente, ainda temos uma situação onde a minoria, cerca de 25 por Cento da população, é detentora das terras através do país e, logicamente, isso não é justo. E nessa base, o Governo da Namíbia traçou mecanismos para equilibrar essa situação, adoptando políticas de compensação que contemplem aqueles a quem chamamos "vendedores de boá-fé", ou seja todo fazendeiro que, tendo mais do que uma herdade, venda a outra parte ao Governo, para que possa ser redistribuída a outros agricultores:

Quéro sublinhar que o Estado não força ninguém a vender a sua propriedade, mas quem quiser faze-lo, fá-lo livremente. Esta é a política adoptada pelo nosso Governo.

Apesar disso, infelizmente, grande parte dos possuidores de terras não estão a aderir la essa política uma vez que mantemos o princípio de não forçar ninguém.

Entretanto, o Governo também adoptou a política, aprovada pela Assembleia Nacional namibiana, que dá

prerrogativas ao Executivo para expropriar terras, quando necessário, a fim de redistribuí-las àqueles que não têm esse bem. Essa política é aplicável a quem tenha mais, de duas ou três fazendas (...).

JA - Já agora gostaríamos de saber, em que consiste essa, política de terras?

LJM - Numa primeira fase temos estado a apelar ao bom senso dos nossos irmãos, possuidores de vastas parcelas de terras e proprietários de mais de duas fazendas, para se juntarem ao processo de reforma agrária em curso, mostrando o seu patriotismo, sentido de justiça e espírito de solidariedade para com aqueles que não têm qualquer pedaço de terra.

Por outro lado, defendemos que, ao vender a sua herdade, o fazendeiro deve ser justamente recompensado pelo Estado. Todos os anos temos um orçamento de cerca de 40 milhões de dólares namibianos para este fim, mas infelizmente metade deste dinheiro volta para os cofres do Estado, porque poucos são os fazendeiros que aderem a esta política.

Apesar disso, devo dizer que a situação não é tão má. O quadro é promissor e continuamos a encorajar os nossos agricultores, em particular aqueles que têm mais de duas fazendas, para que possam juntar-se aos esforços do Governo, vendendo parte das suas terras a favor daqueles que não a têm, de tal forma que todos os namibianos e namibianas possam partilhar desse "bolo nacional" com fatias iguais.

JA - Apesar do optimismo aqui manifestado, gostaríamos de saber qual é o quadro social na Namíbia? Como é que o país está em termos de desemprego?

LJM - A situação social num país em desenvolvimento nunca é satisfatória. A reforma de terra não afecta outros sectores da vida nacional. Quando dizemos que há necessidade de se redistribuir as terras férteis é porque pretendemos aplicar um princípio de justiça dar meios de trabalho a quem não os tenha.

É verdade que enfrentamos esse mal chamado desemprego, e o Governo namibiano tem feito tudo para minorar o grau de desemprego.

Angola e tem início num momento em que o quadro jurídico ligado à terra se vai definindo nos seus pormenores, com a Lei de Terras em vigor desde 2004 e o Regulamento Geral de Concessão de Terrenos, aprovado pelo Conselho de Ministros e em vias de publicação no Diário da República. De acordo com o representante da FAO em Angola, Anatolio Ndong Mba, o Programa de Apoio às Instituições Governamentais Ligadas à Terra representa um exemplo concreto de diálogo e de aprendizagem entre o Governo de Angola (através dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e do Urbanismo e Ambiente), a FAO, a União Europeia e uma vasta gama de actores da sociedade civil e de organizações não governamentais. Anatolio Ndong Mba salienta que o caminho para o desenvolvimento passa necessariamente pelas directrizes traçadas em Março de 2006, na Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR). Estas directrizes, acrescentou, prevêm o desenvolvimento de mecanismos apropriados para partilhar experiências, encorajar o reconhecimento e estabelecer acções concretas a serem tomadas pela comunidade internacional, governos, organizações produtoras e da sociedade civil, de modo a engrandecer a cooperação internacional e promover o acesso equitativo, transparente e responsável à terra e aos recursos naturais.

6.5 FAO lança programa de apoio sobre posse e gestão de terra

Jornal de Angola...27-03-07

O Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) lança amanhã, no Huambo, um Programa de Apoio às Instituições Governamentais de Posse e Gestão da Terra, para a promoção de um desenvolvimento rural equitativo nas províncias de Benguela, Huambo e Huíla. Financiado pela União Europeia, o projecto visa criar um contexto de desenvolvimento sustentável para

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Uma nova aquisição do mercado de saneamento básico

Capital...03-03-07

Não há dúvidas de que a problemática do lixo na capital do país continuará a ser, por tempo indefinido, um tema actual, sempre que a questão for, o saneamento básico da cidade. Por isso, sempre que o mero caso for sorteado com o aparecimento de novas empresas vocacionadas para a limpeza, há motivos mais para os cidadãos se regozijarem. A Serviclean é uma nova aquisição nesta perspectiva. Uma empresa que veio enriquecer os nossos serviços de higiene pública

HÁ seis anos no mercado, a Serviclean é uma empresa vocacionada para trabalhos de limpeza, desinfecção bem como em aspectos de saneamento básico e jardinagem.

Inicialmente, a empresa limitou as suas actividades à prestação de serviços de higiene aos hospitais, mas, depois houve necessidade de se redimensionar o campo de actuação, em função do crescente número de solicitações. Designadamente Josina Machel (Maria pia), Augusto Ngangula, Sanatório de Luanda, Pedriatria, Psiquiatria de Luanda. "Hoje, a maior parte dos nossos contratos estão feitos com a área administrativa. E, quando me refiro à área administrativa, falo de unidades não hospitalares como o Ministério das Finanças e suas dependências, a Direcção Regional das Alfandegas, Delegação Aduaneira, BPC, BAI e outros", disse em entrevista exclusiva a este semanário, o coordenador e supervisor geral da empresa, Rui Sampaio, assegurando, por outro lado, que, para além dos clientes mencionados, qualquer cidadão pode ter acesso aos serviços da Serviclean, sem discriminação.

Ao mesmo tempo que lamentou o facto de a empresa não ter ainda este tipo de clientes, convidou todas as pessoas, colectivas ou singulares, interessadas pelos seus serviços, a contactarem o sector dos Recursos Humanos da empresa. Localizada na rua de Moçambique, a Serviclean é uma empresa que, para além dos serviços a que se propôs, veio contribuir para a criação de mais postos de emprego. "Temos por volta de seiscentos e setenta trabalhadores", adiantou esclarecendo que este pessoal é submetido a um estágio de quinze dias para aprender a manejar os instrumentos de trabalho e a ter cuidado com os detergentes. Os quinze dias de estágio permitem também uma maior aproximação dos trabalhadores com vista a convivência e coabitação entre colegas dentro e fora do local de trabalho. A Serviclean está dotada de meios técnicos

que lhe permitem desenvolver a actividade sem sobressaltos, "porque, uma coisa é fazer a limpeza de casa, outra é a limpeza profissional. Logo, precisamos de ter meios técnicos avançados para realizar a limpeza profissional".

A empresa tem planos estabelecidos para o futuro. A curto prazo procurará conseguir mais contratos com os quais espera ajudar as pessoas que estão a procura de emprego, diminuindo assim a taxa de desemprego.

"A longo prazo será consolidar a relação das empresas que já estão connosco".

7.2 colera mata milhares de angolanos

Folha8...03-03-07

Faz um ano que o País é fustigado pela epidemia da cólera. Cerca de 73 mil e 86 autóctones foram atacados por esta mortífera enfermidade, que já matou mais de 2 mil 925 pessoas

A região litoral angolana é a mais atingida, ao registar mais de 48 mil 588 casos de cólera, e 1294 óbitos, com maior incidência para crianças dos 0 aos 5 anos de idade. A província de Luanda lidera a lista das regiões mais sinistradas pelo vibrião colérico (bactéria causadora da cólera), com cerca de 25 mil 955 ocorrências e 362 óbitos. Benguela vem a seguir, registando mais de 10 mil 939 casos e 589 falecimentos. O Bié é a parcela territorial que menos ocorrência registou durante o período referenciado. Naquela região do planalto central, apenas 79 pessoas contraíram a cólera e 9 perderam a vida, vítima da referida doença. O número de incidência nesta província. espelha a "fraca" agressividade do vibrião colérico nas regiões do interior, em relação ao litoral, afectando mais de 24 mil 494 pessoas e ceifado 1275. Contrário ao Bié, a Huíla é tida como sendo a província do interior mais afectada, com um registo de cerca de 5170 casos e 206 vítimas mortais. O vibrião colérico está em franca ascensão em todo território nacional, facto que está a deixar preocupada a maioria dos autóctones, por até ao momento não se tomarem medidas concretas com vista à erradicação da cólera.

Em 2006, foram notificados cerca de 840 casos em Cabinda, cifra que foi superada nos primeiros 42 dias do ano (01.01 a 11.02.2007). O novo registo aproximase aos mil e 157 pessoas molestadas pelo vibrião colérico na região mais a norte de Angola. Com os dados actuais, a cólera poderá passar de epidemia para endemia, situação que certamente vai pôr em causa o sistema nacional de saúde, e a credibilidade do Estado angolano no plano internacional. A resistência do vibrião colérico em Angola tem a sua explicação na débil condição sócio-económica. O País é sem sombras

de dúvidas um campo favorável à sobrevivência e reprodução da bactéria responsável pelo surgimento da cólera. Enquanto não forem tomadas medidas urgentes, com vista a melhorar o saneamento e a redução da pobreza jamais a cólera será erradicada, visto que ela não se combate apenas desinfectando a água com lixívia, como se tem propalado. Na capital do País o saneamento é calamitoso, daí a razão de ser a parcela territorial mais preferida pelo vibrião colérico desde o seu ressurgimento em 13 de Fevereiro de 2006, na Boavista.

A maior parte dos bairros está coberta de charcos, sente-se a falta de esgotos para o escoamento das águas residuais, obrigando os cidadãos a conviverem com vermes e outros seres nocivos ao homem.

Alguns bairros periféricos luandenses foram transformados, em autênticos depósitos de lixo, ignorando os riscos de saúde que daí possam advir. O exemplo concreto é o bairro 28 de Agosto, no município do Kilamba Kiaxi" onde diariamente, dezenas de camiões de lixo das empresas de limpeza e saneamento da capital, descarregam as suas cargas, a céu aberto. No município da Samba, as valas de drenagem desembocam no mar, justamente nos locais usados para a pesca e banho de praia. As águas drenadas carregam resíduos nocivos ao ambiente no seu todo.

Os resultados são deveras desastrosos, e é perigoso, para as casas, nas redondezas o consumo do peixe. Com estas condições, difícil será impedir o avanço vertiginoso da cólera desinfectando um litro de água com cinco gotas de lixívia para o seu consumo. A cólera é uma diarreia aguda causada por uma bactéria denominada vibrião colérico (*Vibrio cholerae*), que se multiplica rapidamente na luz intestinal. Embora não seja invasiva tem capacidade de produzir uma toxina (substância que actua, como veneno para o organismo). A toxina age contra o intestino provocando aumento descontrolado da secreção de cloro, sódio e água para a luz intestinal, causando assim uma diarreia mortal. A cólera se transmite por ingestão de água e ou alimentos contaminados por fezes ou vômitos de doentes ou portadores as sintomáticos que eliminam grandes quantidades de vibrião colérico. O homem é o único animal atingido pela doença, também é o principal reservatório desta bactéria, embora alguns frutos do mar possam ser contaminados. As queixas decorrem das perdas de líquidos e de sais minerais. Após um período de incubação de um a cinco dias inicia abruptamente uma diarreia aquosa, descrita como semelhante à água de arroz. As baixas de líquidos podem alcançar vinte litros por dia, a situação pode ficar complicada se não houver reposição de água e electrólitos (sais minerais). O tratamento da cólera consiste basicamente na reidratação oral e pode ser

concluída em casa, seguindo sempre os conselhos médicos. Os medicamentos antidiarreicos, estão contra indicados no tratamento da cólera, estes diminuem os movimentos intestinais e facilitam a multiplicação do vibrião colérico. Em crianças, devem ser evitados medicamentos contra vômitos, uma vez que podem ocasionar intoxicação, com diminuição do nível de consciência e movimentos involuntários, dificultando a ingestão da solução oral de reidratação.

A vacina contra a cólera é indicada em casos especiais, tem eficácia de cerca de 50% e a duração protectora não superior a seis meses. A ingestão de água tratada é a recomendação para que a doença não se torne epidémica.

7.3 Registo de casas feito por "cunha"

Angolense...10-03-07

No município do Kilamba Kiaxi, propriamente no bairro do Anangola, o registo das casas dos moradores que perderam o abrigo fruto das chuvas está a ser efectuado apenas para aqueles que "têm padrinho na cozinha" ou que aceitem corromper aos responsáveis pelo trabalho

Grande parte dos moradores foram obrigados a abandonar as casas, pois há dois meses tudo o que tinham ficou submerso fruto das fortes chuvas que se abateram sobre a cidade. O que antes eram quintais hoje transformou-se em lixeira, onde se destacam os bens que ficaram inutilizados. Helena Sousa, de 56 anos, é uma moradora antiga desta zona. Perdeu tudo o que tinha. Uma casa de dois quartos, sala, cozinha, quarto de banho, um quintal vasto e alguns electrodomésticos.

O que mais abala a idosa não é o facto de ter perdido os bens, mas sim a forma como o drama destas famílias está a ser encarado. A sua insatisfação deriva do comportamento de alguns funcionários do Governo Provincial de Luanda (GPL) que se deslocaram ao bairro para fazer o registo das casas mais afectadas.

Segundo apurámos o trabalho começou na segunda semana do mês passado e foi efectuado por um grupo considerável de homens do Governo Provincial, bem como da administração municipal. "Mas a maior parte das casas não foi registada", denunciou.

Mais adiante acrescentou que os responsáveis chegaram a pedir-lhe almoço e gasosa para registar a sua habitação "Como o bairro estava cheio de água exigiram que os levássemos às costas para passarem, caso a pessoa se negasse a fazer isto, não registavam a casa", realçou.

Visto que o nível de vida daquela zona é bastante baixo, grande parte ficou sem o registo por falta do

dinheiro para pagar a famosa gasosa.

"Posso afirmar que mais de 50 casas não foram registadas, porque eles são ambiciosos e querem tudo", desabafou.

Dona Helena lembra ainda que naquele dia quando decidiram partir, os homens da administração prometeram voltar numa segunda fase, mas até hoje ninguém os viu por aquelas paragens. "Não sabemos quando chegará a nossa vez, tive de refugiar-me em casa de familiares com os meus filhos", reclamou, tendo acrescentado que o sucedido é um desrespeito aos direitos dos cidadãos".

Diante dos factos narrados, os moradores temem pela burla que normalmente ocorre nesses casos. Mais uma vez volta a baila a questão em torno do destino dado aos dez milhões de dólares que foram destinados pelo Estado para acudir as vítimas das enxurradas.

7.4 Lixo de Benguela e do Lobito constitui fonte de receita de Dumilde

Kesongo...15-03-07

Cerca de 400 mil dólares é quanto a administração municipal de Benguela deve a SANÁGUA - Empresa de Equipamentos Social relativos a prestação de serviço de recolha de lixo, em apenas um mês. A referida empresa, por imposição do seu proprietário, que tudo indica ser o governador Dumilde Rangel, tem desde Julho de 2006 o contrato de "exclusividade" da recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos nas cidades de Benguela e do Lobito, por período de cinco anos que se podem renovar por mais quinze.

A factura que correspondente apenas ao mês de Janeiro assustou o administrador municipal Manuel Francisco, que por falta de recursos encaminhou já o caso ao "camarada governador", tendo acontecido o mesmo na certa com o administrador municipal do Lobito, que também se debate com falta de meios financeiros para o seu exercício normal, uma vez que Dumilde Rangel abocanha até as receitas resultantes da concepção dos terrenos da municipalidade.

Cálculos estimados por alto apontam que, só para a recolha de resíduos em Benguela e no Lobito, a SANÁGUA arrecada cerca de 800 mil dólares por mês, sem custos de instalação e de funcionamento, uma vez que todos os meios de que dispõe, até prova em contrário, foram adquiridos com financiamento indirecto do Estado, provavelmente de forma fraudulenta, subtraídos do Fundo Soba.

O documento a que este jornal teve acesso foi rubricado por Henrique Calengue representando o Gabinete de Estudos Planeamento e Estatísticas do governo provincial, Zacarias Camuenho Chicumbo

Cassoma Henrique, pelas Obras Públicas e Urbanismo, Manuel Francisco, administrador de Benguela, por António Manuel Milhano Batista Barbio, cidadão de nacionalidade portuguesa tido como parceiro de Dumilde para gestão da empresa e que aparece na qualidade de director geral, bem como pelo próprio governador como entidade que homologou o contrato. Embora conste que a SANÁGUA tem morada na casa nº 23 da rua Damas Moura (vala do Coringe), um pouco depois de uma loja de venda de móveis e de recargas pertencente a Dumilde Rangel, o contrato também refere logo de início, que tem a sua sede social em Benguela na zona Industrial da Fronteira, por "coincidência", nas instalações oficiais que são pertença da administração municipal e que até cerca de ano e meio estiveram cedidas a empresa de transportes públicos EDT. Não reza em nenhuma cláusula, o que é que esta nova entidade ocupante a quem a ADM pagará cerca de 400 mil dólares mês, dará pela utilização do seu património, dos seus meios e pessoal, durante cinco anos que se poderão estender por quinze.

7.5 Tarifario de serviços da sanágua inserto no contrato com as administrações

Kesongo...15-03-07

O contrato estabelece que a retribuição da AMB à SANÁGUA que não é especificada mas aparece depois a cobrança, é mensal e paga em moeda nacional tendo como referência os valores em dólares abaixo indicados:

- a) Recolha de resíduos sólidos urbanos em zona urbana: 75,00 Usd a tonelada, o que significa que uma viatura de 15 toneladas factura por vigem 1.125,00. Usd e se fizer quatro por dia, 4.500,00 Usd;
- b) Recolha de resíduos sólidos urbanos em zona suburbana custa 95,00 Usd, mais 20 que na zona urbana, equivalentes a 1.145,00 Usd por cada lote de 15 toneladas e 5.700,00 Usd pelas quatro viagens ou 171.000,00 Usd/mês;
- c) Pela recolha de resíduos sólidos urbanos na Vala do Coringe a AMB paga a SANÁGUA 110,00 Usd por tonelada, ou cerca de 5.500,00 Usd por cada intervenção de limpeza mensal e pela sua manutenção, mais 5.500,00 Usd/mês.

A limpeza das ruas de Benguela pode custar aos cofres do Estado 21.500,00 Usd/ mês, a recolha de resíduos verdes (árvores, capim, etc) por 50,00 Usd a tonelada, valor equivalente ao de pneus e entulhos, enquanto que a sucata ferrosa e não ferrosa custa 100,00 Usd.

De acordo com o que documento, os atrasos que vierem a ocorrer no pagamento dos serviços prestados e facturados no âmbito desse contrato vencem juros à

taxa legal. No entanto, pela cedência dos equipamentos e após avaliação do valor dos mesmos na altura da transmissão, "a SANÁGUA poderá fazer um desconto de factura até 5% à AMB, até ao limite do valor considerado I na avaliação".

O contrato de exclusividade tem duração de cinco anos, revogando-se por iguais e sucessivos períodos de tempo pelos 15 anos seguintes, findo os quais se procederá à revisão dos seus termos e condições.

É sem dúvida muito tempo de "exclusividade" para quem não terá gasto nada para a sua implantação e num país onde se estabelecem regras que obrigam a realização de concursos públicos que, de qualquer forma com o "dono" de Benguela na jogada não impediriam a participação da SANÁGUA em pé de igualdade com outras, até por causa da concorrência que poderia baixar os preços dos serviços e a qualidade, o que não era interesse do beneficiário, neste caso o representante do próprio Estado, o governo da província.

Até isso foi salvaguardado no contrato que estabelece na cláusula oitava que "a nenhum dos contratantes assiste o direito de ceder a terceiros a sua posição contratual, sem o expresse consentimento do outro contratante", que não é nada mais nada menos que a mesma pessoa.

7.6 Huíla: água potável também faz parte do desenvolvimento

Kasongo...15-03-07

Alguns paladinos do desenvolvimento da Huíla, volta e meia, não se coíbem em dizer que a província está no bom caminho. Nada mau se a tendência de trabalhar pela região não fosse conformada numa tónica altamente paliativa. O fomento da agricultura tem sido "imagem de marca" do consulado de Ramos da Cruz, que há cerca de dez anos governa a Huíla. Sobre isso há muito que se lhe diga e o tempo urge.

Fontes do Kesongo descrevem, no entanto, que a província continua a ter problemas de fundo que poderiam ser resolvidos agora que lhe cabe um bolo de 20 milhões de dólares/ano para investimentos públicos, tal como a crónica questão do doentio fornecimento de energia eléctrica ao Lubango; o facto de só 20 por cento da população dos 14 municípios ter acesso à água potável; os atrasos salariais (apesar da sua bancarização); o nepotismo e a apetência de alguns governantes locais para a criação de empresas em conflito directo de interesses com as pastas que têm sob sua alçada, entre outras questões.

No entanto, falar de desenvolvimento no sector de energia e águas numa província onde mesmo com milhões investidos, milhões de habitantes continuam a

beber esse precioso líquido mesmo sendo imprópria para consumo humano sem temer pela cólera é, a todos os títulos, monstruoso. Seria como que enganarmo-nos a nós próprios! Com vários cursos de água caudalosos, barragens em vários municípios (Matala, Nganguelas e Neves) é difícil dar água potável a população. Mesmo no Lubango, a água potável está longe de atingir todos os recantos na cidade, com zonas atiradas para o esquecimento. Pode-se constatar que apenas a zona urbana tem acesso a água potável, apesar da caducidade do tempo útil das condutas, na sua maioria do tempo colonial.

Se os paladinos do desenvolvimento olhassem para este aspecto, provavelmente poderiam ter algum "freio linguístico" na hora de dizer, aos quatro ventos, que o caminho é seguro e sem retorno. O desenvolvimento ocorre, principalmente, nos pequenos detalhes. Mas mesmo naqueles municípios onde não ocorreram grandes destruições por acção da guerra, não se resolveu nem o problema da água nem de outros básicos como a saúde e o ensino. Se tivesse acontecido, certamente essa acção contribuiria não só para a fixação das pessoas nas suas zonas de origem, para particularmente, para melhorar a sua condição de vida. De forma geral, não há políticas nem projectos para o pós-guerra. De modo as as vezes até atabalhado, constata-se que se quer correr demais e até mesmo a qualidade das obras que se executam deixam muito a desejar. Uma boa parte delas, não têm sustentabilidade nem se prevê fundos para a sua manutenção e por isso mesmo, dois três anos depois, estão quase destruídos. E tem sido a insistência no erro, a constituidade de acções sem se balancear convenientemente o que se fez e o que se está a fazer, outra das razões do esvaziamento dos fundos públicos, e do reduzido impacto na vida das populações.

É necessário que nesta nova hora, se aposte mais nas necessidades básicas que não se resumem só a alimentação.

7.7 Soco de capapinha atinge «estomago» de operadores privados

capital...17-03-07

As operadoras privadas de limpeza e recolha de lixo estão para o Governador de Luanda como o mosquito para o humano enquanto o pequeno insecto luta para sugar o sangue ao homem, os parceiros do GPL são bastante lesto a sugar o erário público sem cumprirem, cabalmente, com o seu objecto social

Quatro das maiores operadoras responsáveis pela limpeza e recolha de resíduos sólidos na cidade de Luanda, sobretudo na periferia, têm vindo desde o

início das suas actividades a «pôr água» nesta missão que lhes foi confiada e arriscam-se, por isso, ver a renovação dos contratos por um «binóculo».

São sobretudo empresas como a Envirobac, responsável pela limpeza do município da Maianga, Rangol (Sambizanga), SGO (Rangel) e Solimpel (Viana), operadoras subcontratadas pela Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal) para esta espinhosa missão.

O que acontece é que de lá para cá, desde o dia em que passaram a desempenhar este papel, os responsáveis dessas empresas passaram a desvirtuar a missão que lhes foi confiada, ou seja, os interesses comerciais dos mesmos sobrepuseram-se àquilo que o Governador considerou de «interesses patrióticos».

Este tipo de comportamento acaba por chamuscar não só a figura do Governador de Luanda, a pessoa a quem o Presidente da República conferiu plenos poderes para introduzir um novo modelo de recolha de lixo na cidade capital e, por arrastamento, livrar a cidade de Luanda da imagem repelente que passou a ter, onde o lixo passou a determinar a queda de vários governadores.

Foi, aliás, por esta via que o antecessor de Job Capapinha, o «mal amado» Simão Paulo, acabou por ver o Presidente da República a dar-lhe um «bico no rabo» e apeá-lo do cargo de Governador de Luanda, soterrado pelo próprio lixo.

Job Capapinha está a ver a questão precisamente neste mesmo prisma, ou seja, que em virtude desta quase inoperância das operadoras a sua posição está completamente ameaçada, o mesmo que dizer que a sua «vida» enquanto Governador, é claro, está por um fio.

Não foi de todo em vão que em determinado momento da sua intervenção na reunião com as empresas operadoras, o Governador tenha debitado: «no âmbito da nossa actividade e tendo em conta a nossa aflição, temos que pôr de lado as amizades, pois está em causa a imagem de cada um», o que deixa antever que o mesmo tem vindo a receber um forte puxão de orelha por quem o colocou em cima da copa, daí ter aproveitado a oportunidade para desferir um audível «soco» na mesma para dizer «basta», que acabou por atingir o «estômago» dos responsáveis das operadoras presentes no encontro.

Aliás, a cama de Capapinha parece estar a ser preparada há já algum tempo, daí que o mesmo pretende sacudir a água do capote e mostrar que o mal, afinal, não está consigo, mas sim com as empresas que a Elisal subcontratou para auxiliá-la na limpeza da cidade.

«A situação actual da Limpeza de Luanda», reconheceu o Governador, «tem estado a preocupar sobremaneira o Governo». É que, por aquilo que são as contas do Governador, essas operadoras não têm conseguido res-

ponder 50 por cento daquilo que é necessário para conferir uma «cara limpa» a Luanda.

Para as quatro principais operadoras falta quase tudo, senão mesmo tudo, desde meios técnicos a recursos humanos que se mostram pouco preparado para o exercício desta actividade.

Daí que, segundo Capapinha, esteja a ser desenhada uma melhor filosofia de combate ao lixo, que passa pela tomada de medidas drásticas, onde se admite a rescisão de contrato com operadoras que até aqui não cumpriram com o plasmado no caderno de encargos da Elisal, revelando não disporem de estofo nem mesmo para garantirem infra-estruturas digna deste nome.

No fundo no fundo, «não estamos satisfeitos até agora com o desempenho da maioria dessas empresas, o cenário mostra que as mesmas não dão garantias para que o Governo bata palmas, pelo é preciso corrigir antes que se tome medidas mais gravosas».

A paciência de Capapinha, que parece ser uma caixa de ressonância de quem lá o colocou, está a chegar ao fim, mais não fosse por estas mesmas operadoras terem agido de má-fé, porquanto se mostram mais preocupados com os resultados da facturação do que com a limpeza e recolha propriamente dita.

Em Maio pensa-se na «reinvenção» de um novo modelo de recolha e fiscalização deste tipo de actividade, donde não está posta fora de causa a saída de algumas operadoras e entrada em cena de outras.

Muitas daquelas empresas que operam actualmente neste sector (ver caixa) demonstraram já pouca capacidade para passar ao ano propedêutico, com a utilização de meios técnicos inadequados, falta de condições de trabalho para os trabalhadores e infra-estruturas improvisadas e muitos distante das «áreas de jurisdição» dessas mesmas empresas, facto que atropela os princípios dos acordos firmados.

7.8 EPAL

Agora...17-03-07

Poucos dias depois de o primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", ter considerado que a corrupção, a fraude e a apropriação indevida dos bens públicos são factores que dificultam o controlo eficaz da gestão financeira e patrimonial, quadros seniores e técnicos da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) vieram a público pôr o dedo na ferida. Através de uma carta enviada ao ministro da Administração Pública, Pitra Neto, manifestaram o seu desagrado pela forma como tem sido gerida a empresa desde que foi nomeado o novo Conselho de Administração, liderado por António da Costa. Os trabalhadores alertam para a existência de factos e actos de uma gestão que consideram "extremamente

grave" e que poderá colocar em causa o futuro da empresa. Falam também na existência de uma estratégia montada pela direcção que visa suprimir a transparência da gestão da contabilidade, mercê do afastamento de quadros competentes.

7.9 Empresas de recolha de lixo contribuem para esburacar Luanda

capital...17-03-07

A situação agravou-se quando o Governo Provincial de Luanda (GPL) aboliu o sistema de deposição de resíduos sólidos em contentores, optando pela deposição do lixo, mas em sacos plásticos, em sítios de onde as operadoras facilmente o pudessem recolher.

A baixa de rigor no controlo do cumprimento do preestabelecido, levou a que os munícipes abandonassem a prática de conservação do lixo caseiro em sacos plásticos, passando a atirar a torto e ao direito lá onde bem entendessem, mesmo contra as normas.

Vem desse comportamento um erro das operadoras de recolha que, limitando-se ao seu trabalho não velam pelo que fica para atrás. Buracos, cada vez mais fundos. É que ao recolherem o lixo têm causado outros constrangimentos aos moradores.

Caso do género ocorreu na rua Kwamme Nkrumah, próximo ao prédio do Livro, na Maianga, onde, de tanto escavarem, os tractores da Elisal cortaram os cabos de energia eléctrica. De acordo com munícipes habitantes da zona ouvidos por este semanário, ficaram, em consequência disso, privados de energia durante um ano.

"Imaginem os constrangimentos que tivemos de suportar; avaria de electrodomésticos, produtos alimentares como carnes, legumes, frutas e verduras, já não podíamos tê-los em casa", lamentou Judith Tavares, apontando ainda o perigo que corriam de serem assaltados ou vítimas de agressões de marginais que se aproveitam da escuridão.

"Para além disso, temos que ir trabalhar, ir a escola, ir ao mercado. Como é que são capazes de escavar até ao ponto de nos deixarem assim?", interrogou-se a nossa interlocutora.

Com os buracos ficam também incomodados os automobilistas que raras vezes conseguem transpor determinados espaços que dão acesso às suas zonas de residência, ou, se o fazem, é a muito custo.

O mais grave é que quanto mais tempo esses buracos ficam aberto, mais facilmente os moradores se aproveitam deles para depositar lixo. A Avenida Deolinda Rodrigues, por exemplo, é prova disso.

"São tantos buracos com lixo que ofuscam a importância que aquela via tem. Esquecem-se que

muitas autoridades passam por lá e se deparam com aquilo, e mais, por serem muito fundos, nesta época de chuva, esses buracos ainda podem se constituir num perigo, sobretudo para as crianças".

Para contornar esta situação Governo Provincial de Luanda, apresentou terça-feira última, os três principais passos para a reformulação de todo o sistema de saneamento básico da cidade capital.

A medida que deve começar a ser implementada a partir ainda deste ano, inclui o programa de recuperação, reabilitação e modernização das redes de saneamento básico.

Trata-se de um projecto para o biénio 2007/2008 que vai abranger os bairros Comissão do Cazenga, São Paulo, Cassenda, entre outros.

"A muito que vimos notando o crescimento da nossa cidade, o que forçou o aparecimento de novos bairros de forma irregular, e quanto mais gente, menos qualidade", frisou o governador, Job Capapinha, acrescentando que tais construções têm inviabilizado a implementação de novas infraestruturas urbanas.

"Estamos em via de reconstrução, e deve-se ter em conta estas questões que parecem mínimas, quando abafadas, mas, quando vem a tona causam todos os estragos possíveis", atestou um governante que apelou na ocasião à Inspecção-geral do Trabalho no sentido de mostrar serviço, pois, se assim não o fizer, continuarão a passar por invisíveis.

"A população mais carente vai continuar a pagar por algo de que não tem culpa, porque a corda sempre rebenta no lado mais fraco", ressaltou.

Luanda é uma província com extensão de 450 quilómetros quadrados e a sua população ronda aproximadamente os quatro milhões de habitantes a tender para mais, segundo demógrafos. Tem nove municípios, designadamente Cazenga, Samba, Cacuaco, Maianga, Viana, Kilamba Kiaxi, Rangel, Ingombota, Sambizanga.

7.10 Renovação de sistemas de água beneficia cerca de um milhão e 650 mil pessoas

Jornal de Angola...19-03-07

O ministro da Energia e Águas, Botelho de Vasconcelos, anunciou recentemente o término de obras de ampliação de sistemas de água, que vão beneficiar mais de um milhão e 650 mil pessoas em diversas províncias até o final do ano. Na cidade de Malanje, segundo o ministro, há uma empreitada de reabilitação do sistema de água, que tem como finalidade atender cerca de 200 mil pessoas. Em Menongue, capital da província do Kuando Kubango, deve terminar no decurso deste ano a primeira fase do

reforço do sistema de abastecimento de água, que beneficiará à volta de 50 mil pessoas. No município do Tômbwa, província do Namibe, 30 mil pessoas vão ser beneficiadas com a finalização este ano da renovação do sistema de fornecimento de água local.

As obras de reforço dos sistemas de abastecimento de água de Caxito, Catete e Uíje, também serão finalizadas este ano, tal como a empreitada de ampliação e renovação do sistema de fornecimento de água da cidade do Huambo, “em que se calcula atingir 400 mil pessoas”, segundo o ministro da Energia e Águas. Botelho de Vasconcelos, que falava sábado na cerimónia de aniversário do Ministério que lidera, disse ainda que a acção do sector não visa apenas Luanda, “como tem sido veiculado repetidamente por alguns formadores de opinião. Apontou, como exemplos no caso da área da energia, a reabilitação em curso das redes de distribuição de electricidade das cidades de Benguela, Lobito, Namibe, Lubango, Tômbwa, Saurimo e Malanje.

7.11 A marcha do projecto de águas

Angolense...24-03-07

Actualmente em fase experimental, a Estação de Tratamento de Água (ETA) do Luongo começa a funcionar plenamente em finais deste mes, sendo a cidade capital da província a primeira beneficiária dos seus serviços. "O momento é de comissionamento de todo o sistema de abastecimento, solucionado que foi o problema energético que assolou Benguela", explicou o Engenheiro Luiz Gordilho Neto, gerente de produção. Uma vez comissionada a parte electromecânica, a água que sai da Estação de Bombeamento de Água Bruta, localizada nas imediações do rio Catumbela, já se encontra na ETA.

De acordo com Luiz Godilho cumpete-se agora com o doseamento dos produtos químicos para dar maior qualidade a água. Revelou que o passo seguinte será a colocação do precioso líquido no Centro de Distribuição de Benguela, situado no bairro da Graça, de onde partirá, por gravidade, para as redes locais.

Refira-se que o município sede da província tem já preparados 40 quilómetros de redes de distribuição.

Um outro dado a rerer é que alguns municípios da Baía Farta beneficiarão também em finais deste mês do excedente que sairá da ETA para o Centro de Distribuição de Benguela.

Quatro meses depois, em Julho, a cidade do Lobito e a vila da Catumbela começarão a beneficiar do projecto.

7.12 The Beers investe 170 mil dólares em projectos sanitários no Lucapa

Angop...25-03-07

Um montante calculado em 170 mil dólares será aplicado, este ano pelo projecto "Bem Querer", em assistência sanitária a três mil e 400 beneficiários, entre crianças e mulheres grávidas, na sede e comunas do município do Lucapa, província da Lunda-Norte, numa iniciativa da empresa diamantífera de prospecção, The Beers.

A informação é da directora de comunicação e imagem da empresa, Indira Patrício, à emissora da rádio local, transmitida sexta-feira, na cidade do Dundo. Segundo ela, encontram-se já em curso os trabalhos para identificação de ongs, entidades religiosas e tradicionais que em função da língua nativa, irão promover campanhas de sensibilização e informação sanitária às comunidades.

No entanto, o município do Lucapa com três comunas, nomeadamente, Camissombo, Capaia e Xá-Cassau é um dos mais populosos com mais de 100 mil habitantes, maioritariamente camponeses, dos nove que compõem a província da Lunda-Norte.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 FAA acusadas de violar direitos humanos

Folha8...03-03-07

As Forças Armadas Angolanas (FAA), estacionadas em Cabinda, foram mais uma vez acusadas de violação dos Direitos Humanos, especialmente, nas zonas rurais, por uma fonte autorizada da "ilegalizada" Associação Cívica Mpalabanda.

A Polícia e as instituições judiciais, são por seu turno apontadas de perseguição contra líderes políticos, religiosos e intelectuais independentes, que não adiram ao Memorando de Entendimento de Bento Bembe/Governo.

As FAA, segundo a mesma fonte, são responsáveis por alega das deslocações de pessoas, na sequência de táticas empregues nas operações de limpeza em curso no enclave. "A situação é preocupante. Os ataques contra alvos civis são constantes, há relatos de violações de raparigas e pilhagem de reservas de alimentos", denunciou.

De acordo o interlocutor do Folha 8, o povo de Cabinda está cansado da guerra, existindo uma forte vontade, por parte de todos os segmentos da sociedade, de construir uma paz sustentável. O município de Belize, foi apontado como exemplo, por um número considerável de civis terem sido retirados à força das suas áreas, como parte da estratégia militar para, hipoteticamente, impedir os guerrilheiros da FLEC de terem acesso a fontes de alimentação entre a população local. "O Memorando de Entendimento consubstancia-se na aprovação da lei de amnistia, na cessão de hostilidades e na adequação dos dispositivos militares das FAA na região militar de Cabinda. Mas esses passos importantes são violados", comentou a nossa fonte.

Para reagir as acusações da Associação Mpalabanda, uma fonte autorizada do Comando Militar em Cabinda negou tais informações, afirmando que no enclave regista-se uma paz total. Para a fonte militar, desde que o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo acordaram pela assinatura formal, na cidade do Namibe, do Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação Nacional na província de Cabinda, as coisas melhoram significativamente na região. "E várias instituições nacionais e internacionais ligadas aos Direitos Humanos têm visitado regularmente a região e não constata irregularidades no que diz respeito a violações de qualquer ordem. Existem em Cabinda associações e pessoas singulares que a todo custo lutam para manchar a imagem das FAA. Mas estamos

tranquilos", concluiu. Entretanto a recente detenção da activista britânica Sarah Jill Wikes da Global Witness, deita por terra e mancha muitos dos eventuais esforços de se vender uma imagem diferente da realidade do dia a dia de Cabinda e dos cabindas, que se sentem prisioneiros de consciência na sua própria terra, por o governo de Luanda, ser useiro e vezeiro, na sua prática de negociar com fantoches ao invés dos líderes carismáticos, capazes de fazerem passar uma mensagem as populações.

8.2 Violação do contracto político

Folha8...10-03-07

De facto, o MPLA tem tudo na mão, e "(...)os órgãos de governação e o grupo social que controla os poderes de Estado parece terem resolvido utilizar a legitimidade provisória que lhes foi outorgada pela extensão extraordinária dos mandatos, para engendrar esquemas sofisticados de desvios do erário público, constituindo cartéis para controlar a economia", garantiu o presidente da União Nacional para a Independência Total de Angola.

Segundo Samakuva, "estes cartéis controlam os preços e são protegidos pelo sistema, que não permite, na prática, a livre entrada de outros actores no mercado, para competir com eles em condições de igualdade".

E como sempre, "quem sofre é o povo consumidor que tem de pagar preços altos por serviços não competitivos e vê cada vez mais reduzido o poder de compra dos seus magros salários", referiu.

"Após cinco anos de paz, os angolanos em geral estão mais pobres do que há 30 anos, enquanto se torna cada vez mais difícil distinguir "dirigentes políticos" dos "dirigentes ou detentores de interesses económicos privados", denunciou. A violação do Contrato social. A UNITA está preocupada, disse o seu líder, com "os fortes indícios de violação sistemática do Contrato Social angolano", dado que o MPLA "não está a respeitar o compromisso sagrado com a paz, a democracia e o Estado de direito" que assumiu nos Acordos de Paz, no Protocolo de Lusaka e no Memorando de Luena, que levaram à constituição do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional em 2002, onde o Galo Negro tem três ministérios.

Foi, aliás, "em razão desse compromisso para a construção do Estado Democrático de Direito que a UNITA aceitou o ónus político de, sendo oposição, continuar a participar marginalmente de um governo não ordinário, que também já não tem mandato democrático".

O que não deixa de ser curiosamente paradoxal, como o confirma a sua postura, ao apresentar o seu partido

como sendo o "rosto" da "oposição à ditadura do regime", mas acedendo ao projecto de colaborar com ele. Enfim, Isaiás Samakuva tem como escapatória o facto de não lhe terem ficado alternativas para levar avante uma política eficaz para o desenvolvimento dos projectos do seu partido e assegurou que a UNITA tudo irá fazer para impedir que o "poder instalado" consiga inviabilizar "a construção de um verdadeiro Estado democrático em Angola". Maneira de dizer, "Enquanto aí estiveres vai ser uma maka, mas nós vamos te tirar daí."

8.3 Tentativa de se mascarar em estúpido disparate

Folha8...10-03-07

Factos são factos, por muito que isso custe ao comando da Polícia Nacional de Angola do Kwanza Norte, mesmo contando com o passivo apoio dos órgãos de propaganda do Estado (às vezes parecidos com comunicação social), mas com a colaboração do comité da especialidade do maioritário.

O que se passou, e cruzando diversas fontes de informação, foi que o presidente da UNITA, Isaiás Samakuva, foi alvo de um atentado protagonizado por agentes, ao que parece, identificados e comprometidos com determinadas forças da ordem.

A partir de uma varanda de instalações do partido MPLA em Camabatela, alegadamente, dois indivíduos, posteriormente identificados como agentes da segurança interna, abriram fogo de armas automáticas, tentando atingir Isaiás Samakuva e membros da sua delegação. Em resultado desse fogo ficaram feridos três dos acompanhantes, um deles em estado grave. Um terceiro indivíduo, também ele posteriormente identificado como polícia, tentou a partir de uma motocicleta abrir fogo, para consumir o atentado.

Os três indivíduos foram colocados sobre custódia pela Polícia Nacional tendo esta constatado que também eles eram elementos da polícia. No dia 05.03, em comunicado e depois de a Polícia ter tentado passar da agressora a agredida, a UNITA afirmou que "foi com grande surpresa que tomou conhecimento do conteúdo do Comunicado emitido pelo Comando Provincial da Polícia Nacional do Kwanza Norte" em que não é feita qualquer referência à detenção por parte do Comando da Polícia de Camabatela de três agentes da Polícia, que se encontravam no local de onde partiram os disparos e junto de quem foram também encontrados invólucros de AKM.

"A indicação da detenção daqueles agentes, foi prestada à Delegação da UNITA pelo Comandante da Polícia Municipal de Camabatela e também pelo Intendente da Polícia nacional, enquadrado na UPIP (Unidade de

Protecção às Individualidades Protocolares) que tem chefiado a escolta ao Presidente da UNITA, durante as suas deslocações", explica a UNITA.

Cerca de 20 minutos após os primeiros disparos foi detido um quarto elemento, que se fazia transportar numa motorizada, trajava à civil e que ao chegar defronte à delegação da UNITA sacou da pistola, tendo sido prontamente desarmado, explica o Galo Negro.

O Comandante da Polícia Municipal de Camabatela identificou este quarto elemento como sendo também agente da polícia nacional, em serviço naquele município, tendo-se contudo mostrado surpreendido em vê-lo no local, armado, pois tinha sido suspenso há já 15 dias por razões disciplinares.

Esse quarto indivíduo foi transportado de Cama bate la para Ndalatando, pelos agentes que viajaram juntamente com a delegação da UNITA e entregue à DPIC (Direcção Provincial de Investigação Criminal) do Kwanza Norte, em perfeito estado de saúde. Presumivelmente tratar-se-á do aludido sub-inspector do comunicado da Polícia Nacional; A UNITA alerta para a existência de graves pressões sobre os agentes da polícia que testemunharam os actos, a quem foi solicitado alteração dos seus relatos. E como se tudo isto não fosse grave, no dia 05.03, o Secretário Provincial da UNITA no Kwanza Norte e também Membro do Comité Permanente da Comissão Política, recebeu uma notificação da DIPIC, assinada pelo 1.º Superintendente Cristóvão Manuel Gaspar, para comparência naquela instituição às 13 horas. No entanto, 15 minutos antes quatro agentes da DIPIC apresentaram-se ao Secretário Provincial da UNITA, com um mandado de captura, assinado pelo mesmo Superintendente Cristóvão Manuel Gaspar, tendo sido colocado em detenção.

Nestas circunstâncias quem pode emitir o mandado de captura, segunda a lei angolana, deve ser um Órgão de Justiça, o Procurador junto da DIPIC.

O mandado de captura assinado pelo Superintendente e a prisão são ilegais e espelham a precipitação em encontrar um "bode expiatório".

Mais uma vez a Lei é violada, o Estado de Direito é subvertido e a vítima é transformada em agressor. Num momento em que se esperava uma clara condenação destes actos de intolerância política, por parte das autoridades, vê-se com enorme preocupação um evidente propósito de adulteração, manipulação e subtracção dos factos ocorridos.

8.4 Missa pela paz em Cabinda será um «carnaval»

Folha8...10-03-07

O padre Jorge Congo garantiu que a missa de Acção de Graças marcada para 4 de Abril em Cabinda para assinalar a paz efectiva naquele território é um "Carnaval" a que não está disposto a participar.

Para um dos rostos mais conhecidos da igreja de Cabinda, afastado da sua paróquia quando não aceitou a nomeação de um não natural do território para bispo do enclave, a eucaristia de 4 de Abril não passa de pura "propaganda do governo angolano", disse.

A missa de Acção de Graças -de 4 de Abril está a ser organizada por representantes de várias religiões e por António Bento Bembe que, a 1 de Agosto de 2006, como representante do Fórum de Diálogo Cabindês, assinou com o governo o Memorando de Entendimento para a paz naquela região.

Só que os movimentos separatistas locais repudiaram Bento Bembe, considerando o memorando nulo por não ter sido discutido pelos verdadeiros representantes do povo cabinda e consideram que a paz de que Luanda fala não existe na realidade. "Nunca vivemos tão mal como agora. Não estou de acordo com Bento Bembe, mas gostaria que ele tivesse trazido a paz e tal não aconteceu", afirmou o padre Congo.

"Não me revejo no Memorando de Entendimento, ao qual não aderi nenhuma personalidade credível, e nós não estamos em paz em Cabinda, portanto, não estou para fazer parte de um Carnaval", explicou. De acordo com o sacerdote, que foi recentemente amnistiado da acusação de cumplicidade na agressão, em Julho de 2005, ao bispo de Saurimo, Eugénio Dal Corso, Cabinda está longe de ser um território em paz. "É tudo propaganda do governo angolano. Aceito a paz quando puder pronunciar-me sobre os problemas de Angola e de Cabinda, quando puder defender os meus direitos. Enquanto não tiver todos os meus direitos, não estarei em paz", adiantou.

O padre Jorge Congo explica que a Igreja católica que convocou a missa não tem representatividade junto do povo, que este se afastou dos templos depois da saída da maioria dos sacerdotes locais e, portanto, a iniciativa está condenada ao fracasso.

"Aqui a Igreja católica quase que não existe. O povo da comunidade anda fora das paróquias e, por isso, o povo não irá" à missa do dia 4, sublinhou o padre Congo. Segundo uma fonte local, os preparativos da missa de 4 de Abril, a realizar no estádio municipal de Tafe, na cidade de Cabinda, estão a ser coordenados pelo reverendo Joaquim Lelo Gime, do Conselho de Igrejas Cristãs de Angola (CICA) e representantes provinciais da Igreja Evangélica Baptista de Angola (IEBA). A data de 4 de Abril foi escolhida por ser o dia estabelecido em 2002 como o Dia da Paz e da Reconciliação Nacional.

"Se o dia 4 de Abril é sinónimo de paz, é-o para os angolanos e não para Cabinda", acrescentou o padre

Jorge Congo.

8.5 Camabatela ou a «ressurreiçao» de Zenza do Itombe?

Capital...10-03-07

A província do Kwanza-Norte é, a par de Malanje, um dos muitos feudos eleitorais do MPLA, não sendo, por isso, em vão que os «camaradas» obtiveram nessas duas regiões vantagens folgadas sobre o seu arquirival político.

Não foi também em vão que no auge da guerra pós-eleitoral foram as províncias que mais sofreram com a saga de ocupação das principais cidades do país levadas a cabo pela UNITA. Malanje esteve durante anos sob um forte cerco militar, enquanto Kwanza-Norte, bem nas imediações de Camabatela, escreveu uma das páginas mais negras e sangrentas da história da recente guerra do país; o massacre do Zenza do Itombe.

Para aquele povo, segundo um conhecido jornalista, que diz conhecer bem o que vai pela cabeça daquela gente, a história do massacre parece que não está ainda esquecida, apesar de um perdão aparente. A insistência por recordar episódios passados terá estado na base dos acontecimentos do dia dois de Março. Mesmo antes de tudo acontecer, falava-se de uma certa aversão à presença da UNITA naquela parcela do território. A presença dos «maninhos» na localidade parece que veio apenas precipitar o desenrolar de um acontecimento que para muitos parecia já previsível.

Quem conhece a localidade de Camabatela vê ali um forte foco de tensão, que poderá agudizar os casos de intolerância política muito em voga no interior de Angola.

É que as sedes municipais do MPLA e da UNITA estão quase que paralelas, sendo quase que diárias a ocorrência de picardias entre os militantes dos dois partidos, com manifestações jocosas e exibição de bandeiras e cânticos a exaltar os feitos de uma e doutra formação política.

8.6 Oposição quer medida duras do Governo

Angolense...10-03-07

Durante a sua digressão à província do Kwanza Norte, na semana finda, o presidente da UNITA, Isaías Samakuva, escapou ileso a um atentado com arma de fogo, na sede municipal do "seu" partido na localidade de Camabatela. Perante o facto, os partidos políticos da oposição estão solidários com os maninhos e pedem esclarecimento do caso por parte das autoridades locais

e centrais

Os disparos que se fizeram ouvir na noite de sábado passado, junto da sede municipal do secretariado da UNITA em Camabatela, província do Kwanza-Norre, onde Isaías Samakuva cumpria uma agenda de trabalho políticopartidário, tinham como objectivo tirar a vida ao líder da oposição, segundo responsáveis daquele partido. Apesar dos actos de intolerância que vem denunciado, a UNITA continua defender a manutenção da democracia no país. Adalberto da Costa Júnior afirmou que a democracia é um valor fundamental, por isso, criou um programa de acção a nível interno, que visa passar a mensagem democrática aos seus militantes e simpatizantes. Segundo ele, os actos de intolerância têm causado a morte de muitos militantes. O facto destes terem sido vividos por uma delegação da UNITA chefiada por Isaías Samakuva, ilustra bem o quadro.

"Isso é grave", considerou, para depois explicar que as províncias mais críticas são as de Benguela e Huambo, mas, em Luanda já se registam alguns casos. O porta-voz do Galo Negro fez saber que, na semana finda, vários militantes foram parar a cadeia por estarem vestidos com camisolas daquele partido, em Luanda. Manifestou-se preocupado tudo porque a polícia, de acordo com ele, pretende confundir a opinião pública, realçando o desarme feito pelos militantes da UNITA, em detrimento dos disparos feitos junto ao secretariado daquele partido da oposição, no Kwanza-Norre, onde o seu presidente se encontrava. Não é só a UNITA que se diz vítima da intolerância que se estende pelo país. A FNLA, por exemplo, também vive o mesmo problema. Ngola Kabangu, vice-presidente daquela formação política, fala em interferência durante o registo eleitoral e bandeiras rasgadas. Por este facto, solicita uma maior intervenção por parte das autoridades competentes para se pôr fim a este problema que cria instabilidade entre os militantes. Para Laurindo Neto, da Aliança Política Nacional, é preciso fazer-se um trabalho de sensibilização dos militantes, por formas a se evitar os actos de intolerância. O facto de não ter conseguido manter a ordem pública para os cidadãos, torna o Governo incompetente, assim como o MPLA que dirige o país há mais de 30 anos.

"Enquanto força política, o MPLA tem o dever de garantir a integridade de todos os cidadãos", afirmou.

Por seu turno, o presidente do PRS, Eduardo Kungana, pede punição severa aos implicados no atentado ao presidente da UNITA, Isaías Samakuva, pois, considera ser grave o sucedido no Kwanza Norte, onde o líder dos maninhos se deslocou em serviço na semana passada. Justino Pinto de Andrade, analista político, pensa que há necessidade dos partidos políticos, sobretudo o MPLA, chamarem a atenção aos seus militantes para serem mais tolerantes. O professor

universitário fala mesmo que este tipo de situação deve ser repudiada e combatida a nível dos partidos, para que não aconteçam actos do género, quando os outros estão a se manifestar.

"O MPLA deve fazer isso, mas a UNITA também.

Pensa ainda que este momento deve ser de reflexão, para que os tempos que se aproximam, concretamente o período eleitoral, não seja marcado por violência no país. Disputa política séria e democrática é o que espera o analista, no sentido das eleições serem realizadas num clima de tolerância.

Horas depois do sucedido, a polícia local fez sair um comunicado onde manifestase preocupada pelo facto de um agente ter sido desarmado por elementos afectos a UNITA, mas não desmente que foram feitos vários tiros junto a sede dos maninhos, onde Samakuva se encontrava reunido com os seus pares.

Diz ainda que quatro suspeitos estão já às contas com a Justiça.

8.7 Cinco anos depois, ainda há "Kwachas" por desmobilizar

Agora...17-03-06

O processo de desmobilização dos ex-militares das FALA, então braço armado do movimento do Galo Negro, liderado por Jonas Savimbi até 22 de Fevereiro de 2002, altura em que morreu em combate no Lukusi, Moxico, não foi concluído até agora.

Dados em posse do AGORA mostram que, do ponto de vista da implementação do processo de desmobilização dos ex-militares da UNITA, o efectivo previsto para ser desmobilizado é de 105 mil elementos. Deste número foram apenas desmobilizados 97 138 ex-militares. Os outros, de acordo com Isaías Chitombe, secretário da UNITA para a reinserção social, durante o período do desfecho da guerra que culminou com a assinatura dos acordos de paz, a 4 de Abril de 2002, não se encontravam no país, razão pela qual não foram ainda desmobilizados. A estes juntam-se alguns ex-soldados e oficiais das extintas FALA que no período em referência se encontravam doentes. Fruto destas circunstâncias, faltam ainda por desmobilizar, no quadro da cifra prevista, sete mil 862 ex-militares das extintas FALA. A direcção do Galo Negro diz-se preocupada pelo facto de os homens que passaram à vida civil não terem sido reintegrados na sociedade, conforme inicialmente acordado entre as partes (Governo e a UNITA) signatárias do processo de paz. Durante o processo de desmobilização previa-se que os ex-militares encontrariam ao chegarem nas suas zonas de origem ou outras por si escolhidas, uma estrutura de apoio social, o que, na prática, não aconteceu.

Previu-se também a entrega de subsídios de contingência e kits de reassentamento aos desmobilizados mas, uma boa parte deles não foi contemplada. A agravar a situação, dos cerca de cem projectos enquadrados no Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR) levados a cabo pelo Instituto de Reintegração Social dos Ex-militares em parceria com algumas organizações não governamentais nacionais e estrangeiras, estão a beneficiar apenas 42.845 ex-militares da UNITA quando deveria contemplar 81.115, conforme inicialmente previsto.

"Não, precisamos de fazer muito esforço para reparar que apesar de terem passado já cinco anos depois do calar das armás, o processo de reinserção social dos ex-militares da UNITA está a andar aos solavancos", disse Isaiás Chitombe. Outro problema que aflige a direcção dos maninhos prende-se com o retroactivo das Pensões de reforma.

Os ex-militares foram desmobilizados em 2002, através dos despachos 003 e 008, mas só começaram a receber as pensões de reforma a partir de Janeiro de 2006. Ficam por receber as pensões referentes aos anos de 2003, 2004 e de 2005. "Pensamos que é responsabilidade do Governo pagar estas reformas e seus retroactivos. Portanto, trata-se de mais um apelo que está a ser feito para o PR no quadro das suas prerrogativas para ver se o Governo toma alguma decisão com relação ao assunto", disse Isaiás Chitombe, acrescentando que os oficiais, entre majores, capitães, tenentes e subtenentes ainda não beneficiaram da pensão de reforma.

Circulam, no entanto, rumores de que o processo destes antigos militares de Jonas Savimbi ainda se encontra na direcção principal de pessoal e quadros do Estado-Maior General do Exército. "A grande maioria ainda não viu libertadas as suas pensões de reforma", rematou Chitombe.

Neste capítulo, apesar de a UNITA reconhecer que foram dados alguns passos, considera-os insuficientes pelo facto de a caixa de segurança social das FAA estão a trabalhar em Luanda, fundamentalmente. Este organismo, a nível do país, tem apenas representações nas cidades do Bié, Lubango e do Namibe.

A direcção do Galo Negro pretende, por outro lado, que se faça a peritagem médica aos ex-militares do seu Partido portadores de deficiência física. Também esses não foram desmobilizados até agora, alegadamente porque durante o processo de desmobilização estavam doentes, o que os impossibilitou de se deslocarem às áreas de acantonamento.

"Agora que melhoraram, pelo menos os ferimentos estão sarados, é importante que sejam submetidos a uma peritagem médica para que seja caracterizada cada tipo de deficiência, o que irá facilitar a sua reinserção

na sociedade", frisou o nosso interlocutor.

Isaiás Chitombe lembrou, por outro lado, que cinco anos depois do calar das armas os ex-militares do seu Partido continuam a passar por várias dificuldades que vão desde as péssimas condições de habitabilidade até a falta de emprego. Alguns dos seus quadros que foram indicados para a sua reinserção nos sistemas nacionais de Saúde e da Educação não recebem os respectivos salários há já quase três anos, enquanto outros baixaram de categoria sem que lhes fosse dada qualquer justificação.

A UNITA, de acordo com aquele secretário desse Partido, indicou mais de seis mil técnicos de saúde mas, so dois mil deles foram enquadrados.

No sector da educação, dos 13 mil elementos indicados apenas 620 foram engajados.

8.8 Benguela acelera reintegração de desmobilizados

Cruzeiro do Sul...17-03-06

O Banco Mundial disponibilizou dois milhões de dólares para as operações inerentes ao Programa Geral de Desmobilização e Reintegração, uma componente dos acordos de paz assinados entre o Governo e a UNITA.

Com mais de 14 mil desmobilizados da UNITA e respectivas famílias sob sua tutela, o Instituto de Reinserção Social de Ex-militares em Benguela aposta forte na actividade agropecuária para a implementação do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR). De acordo com Francisco Branco, director provincial, o IRSEM recebeu do Banco Mundial, um dos financiadores, dois milhões de dólares norte-americanos, valor que suporta um total de catorze projectos em curso no leste da província.

Implementado em parceria com algumas organizações não governamentais, o programa permitiu a distribuição de cabeças de gado para apoio ao incremento da agricultura de subsistência.

"É nossa intenção apoiar com duas cabeças, no caso um casal, cada uma das famílias", afirmou Francisco Branco, desmentindo informações segundo as quais estaria a ser entregue uma única cabeça para um universo de cinco famílias. Admitiu, todavia, que pode estar a registar-se um ligeiro atraso na execução deste ou daquele programa, situação que decorre da burocracia na tramitação de verbas entre o Banco Mundial e o IRSEM central.

Noutra vertente, a província recebeu 10 kits compostos por televisores e antenas parabólicas e outros equipamentos distribuídos em diversas comunas no interior.

Nesta que é a primeira fase de um processo contínuo,

Benguela concluiu já 80 por cento do plano financeiro em relação aos seus projectos, sendo que a componente física, resumida na construção de infra-estruturas, situa-se em 60 por cento.

8.9 O drama dos refugiados Angolanos

Terra Angolana...17-03-07

O centro de acolhimento, 4 de Fevereiro, na província do Moxico, não reúne condições para albergar repatriados, que dia após dia afluem ao país, no quadro do processo de repatriamento acordado pelo governo angolano com o HCR.

Assim na base desse processo, chegaram à Angola em Janeiro último, mais de quatrocentas famílias, idas da vizinha República da Zâmbia.

Segundo fontes no Moxico, é dramático olhar para o modo de sobrevivência dos retornados que residem no centro de acolhimento 4 de Fevereiro, onde não possuem casas suficientes para aguentar o agregado, para além da dieta alimentar que é um fiasco.

36 tendas distribuídas para aquele centro hospitaleiro, não são suficientes para comportar várias famílias.

Recorde-se que os refugiados em causa, viviam na Zâmbia nas localidades de Kitwe, Chililabombwe, Chingola, Mufurila, Kalulushi e Ndola.

Em Fevereiro último uma manifestação de protexto foi abafada pela Polícia Nacional. Os manifestantes exigiam melhores condições de vida e um reassentamento urgente, que afinal foi prometido pelo governo angolano diante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

8.10 Vista alegre, Igreja Metodista assume papel reconciliador

Terra angolana....17-03-07

O ambiente político na comuna da Vista Alegre, município do Kitexe, no Uíge tende a melhorar significativamente, graças a intervenção da Igreja Metodista Unida local que tem aproximado os vários actores políticos da região.

Terra Angolana ouviu o Super-tenente para o distrito do Kitexe, Rev.º Jacinto Mutela que garantiu estarem a cumprir com orientação de Jesus Cristo de ver os irmãos viverem em união. De acordo com o prelado, apaziguar os espíritos é o pão de cada dia. " O nosso papel é apagarmos o fogo onde há confusão, porque o nosso Deus não é Deus da confusão, mas sim Deus de Paz", disse o Reverendo metodista para quem a Igreja não pode ficar impávida ante os

conflitos e os choques dos partidos políticos.

No que concerne a educação cívica dos cidadãos, a mão da igreja também está presente para sensibilizar os fiéis com idade eleitoral activa para afluírem em massa aos locais do registo eleitoral. "Todos têm de ter o máximo desejo de participar fortemente no registo eleitoral", tem de citação.

O Reverendo Mutela considerou de ameno o clima que se vive actualmente na região, onde é pastor de 30 igrejas compostas por 19 mil e 850 membros. Es te clima também se reflecte no "ótimo relacionamento com as Igrejas congéneres. "A diferença de denominações não significa nada", frisou, acrescentando que "a igreja é que deve ser o elo de ligação e demonstrar o amor e a união entre os irmãos, segundo Jesus Cristo",

O nosso interlocutor disse que a sua igreja estava também empenhada noutros investimentos de carácter social como a criação de uma livraria para o enriquecimento do saber dos fiéis e não só, para além de outros projectos em carteira.